

## **Psicopedagogia para universitários**

*Maria de Lourdes Zamora Damião e Almir Zampolo*

## **Uma abordagem instrumental para o ensino de inglês no curso de Ciência da Computação: o grande “link”**

*Angélica Miyuki Farias*

## **Internauta: o quinto poder. Como as Relações Públicas lidam com esse poderoso e e influente meio de comunicação**

*Carolina Frazon Terra*

## **Aplicação da Teoria da Utilidade nas decisões da construção naval**

*Marcos Fernando Garber e Móyses Szajnbok*

## **Brasil e Coréia: uma relação em construção**

*Juliana Costa*

## **A mulher desiludida**

*Sandra Helena Terciotti*

## **Revista Eletrônica Liceu On-line**

Publicação trimestral da FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

### **Conselho de Curadores**

Presidente – Horácio Berlinck Neto  
Vice-Presidente – Mário Amato  
Presidente Honorário – Sílvio Álvares Penteado Neto

### **Membros**

Paulo Ernesto Tolle	Esther de Figueiredo Ferraz
Abram Abe Szajman	Flavio Fava de Moraes
Shigeak Ueki	Ruth Cardoso

### **Superintendência Executiva**

Superintendente Geral – Marcelo Freita Camargo  
Superintendente Administrativo Financeiro – Roberto Uchôa Alves Lima  
Superintendente Institucional – Luiz Guilherme Brom

### **Centro Universitário Álvares Penteado – FECAP**

Reitor – Sérgio de Gouvêa Franco  
Pró-Reitor Administrativo – Roberto Uchôa Alves Lima  
Pró-Reitor de Graduação – Edison Simoni  
Pró-Reitor de Extensão e Desenvolvimento – Almir Zampolo

### **Liceu On-line**

**Editor:** Ary José Rocco Júnior

### **Conselho Editorial**

Alexandre Sanches Garcia  
Almir Zampolo  
André Luis Squarize Chagas  
Cynthia Regina Fischer  
Delmo Alves de Moura  
Edison Simoni  
Erivaldo Costa Vieira  
Glauco Peres da Silva  
Ronaldo Frois de Carvalho  
Sandra Helena Terciotti  
Saulo César da Silva  
Simone Luci Pereira  
Taiguara de Freitas Langrafe

### **Produção Gráfica**

Tânia Maria de Oliveira Teixeira Pinto

Os textos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores

### **Contatos**

Site: [www.fecap.br](http://www.fecap.br)

E-mail: [aryrocco@fecap.br](mailto:aryrocco@fecap.br)

### EDITORIAL

Pluralidade, diversidade e multiplicidade. Chegamos ao terceiro número da Linceu On-line, revista digital destinada a divulgar os trabalhos e as pesquisas dos professores do Centro Universitário FECAP. Novamente, assim como já acontecera nos dois primeiros números desta nova fase da revista, os artigos apresentados refletem a pluralidade de idéias, a diversidade de pensamentos e a multiplicidade de teorias presentes nas pesquisas dos docentes da FECAP.

Temas como: a tomada de decisão na construção naval, as relações entre Brasil e Coréia, a psicopedagogia para universitários, as relações públicas e a Internet e a abordagem instrumental para o ensino de inglês ilustram a multiplicidade de idéias presente no corpo docente da FECAP.

Essa pluralidade de pensamento renova o objetivo da Linceu On-line que apresenta como inspiração o Liceu Ateniense, escola fundada por Aristóteles em 355 a.C., de incentivar o “diálogo e a divulgação do conhecimento para a consecução do saber, democratizando idéias”. É dentro dessa concepção democrática que apresentamos também a resenha da clássica obra *A Mulher Desiludida*, de Simone de Beauvoir, escrita pela professora Sandra Terciotti.

Em uma época marcada pela pobreza de idéias interessantes, em um contexto social cada vez mais estreito, delimitado pela fraqueza de novos conceitos acadêmicos, a FECAP abre espaço para que seus docentes divulguem para a comunidade seus trabalhos, pesquisas e objetos de estudo, numa clara demonstração da preocupação da instituição com o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Os artigos apresentados, neste terceiro número, - que trabalham temas tão dispares -, são unidos pela disposição de atingir o público mais geral, mais amplo, sem a necessidade de um conhecimento mais avançado.

Nada mais plural, diverso ou múltiplo. Nada mais atual.

**Prof. Dr. Ary José Rocco Júnior**  
Editor

Maio, 2008

### Índice

<b>Psicopedagogia para universitários.....</b>	<b>04</b>
<b>Uma abordagem instrumental para o ensino de inglês no curso de Ciência da Computação.....</b>	<b>08</b>
<b>Internauta: o quinto poder.....</b>	<b>12</b>
<b>Aplicação da Teoria da Utilidade nas decisões da construção naval.....</b>	<b>16</b>
<b>Brasil e Coréia: uma relação em construção.....</b>	<b>23</b>
<b>A mulher desiludida.....</b>	<b>28</b>

# Psicopedagogia para universitários

---

Psicóloga, pedagoga, Especialista em Psicopedagogia, Mestranda em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Metodista (UMESP) e Orientadora Psicopedagógica do Centro Universitário FECAP.

Doutor e Mestre em Administração pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), professor e Pró-Reitor de Extensão do Centro Universitário FECAP.

**Resumo:** Este artigo objetiva refletir sobre a relevância do atendimento psicopedagógico a alunos do ensino superior, e sobre a experiência e os resultados atingidos pelo Programa de Orientação Psicopedagógica do Centro Universitário FECAP no ano letivo de 2007. Este programa tem por objetivo a orientação psicopedagógica que consiste em planejar, orientar, dirigir e principalmente avaliar toda e qualquer assistência educacional aos alunos. Parte-se do pressuposto que alunos de graduação precisam de suporte para o desenvolvimento sócio-emocional e cultural, apoio ao aprendizado, às responsabilidades familiares e trabalhistas, à vida pessoal e até mesmo ao seu projeto de vida.

Palavras-chave: orientação psicopedagógica; cognição e emoção.

**Abstract:** *This study aims to reflect upon the importance of pedagogic counseling towards undergraduated students and the experience and results accomplished by "Programa de Orientação Psicopedagógica do Centro Universitário FECAP in 2007". This program aims to counsel pedagogically and it is based in planning, counseling and guiding, and mainly evaluating any educational aid related to the students. We believe that every undergraduated student needs help to develop some social, emotional and cultural aspects, the pupil also needs support to face professional and personal responsibilities.*

*Key-words: pedagogical counseling, cognition and emotion.*

## Introdução

Este artigo propõe-se apresentar o relato de um processo realizado em uma Instituição de Ensino Superior, bem como abordar as vantagens do atendimento psicopedagógicos para alunos do curso superior.

As reflexões são fundamentadas em pesquisas teóricas e na experiência de implementação de um programa de orientação psicopedagógica. A revisão bibliográfica contempla o novo papel e as novas competências do ensino superior que devem atender ao exigente mercado de trabalho, garantindo o desenvolvimento de um perfil pessoal e profissional que ofereça fácil inserção e empregabilidade de seus estudantes. Para tanto, cabe às instituições de ensino superior o comprometimento com a formação integral de seus estudantes. O resultado da pesquisa relaciona-se à consolidação e os resultados obtidos ao longo do ano letivo de 2007 de atendimento psicopedagógico para universitários.

## Revisão Bibliográfica

De acordo com POLYDORO e PRIMÍ (2004), durante o período em que estão na Universidade, os estudantes enfrentam muitas mudanças, como, por exemplo, ter que se afastar de grupos de referência, ter que conciliar trabalho, estudo e cuidar da vida pessoal; estabelecer condições de estudo quanto a organização, local e tempo, superar déficit de habilidades básicas. Enfim, responder às exigências de organização, gestão do tempo, autonomia e envolvimento.

Raramente, a convivência com essas mudanças é tranqüila. Será

necessário manter instrumentos que possibilitem o domínio e conhecimento do desenvolvimento, aproveitamento e postura, assim como instrumentos quantitativos que propiciem mensurar, avaliar e acompanhar os dados reais.

KOTTER (1996) vai além e questiona o papel do ensino superior diante dos desafios de adaptação gerados por mudanças rápidas. Afinal, não se pode estagnar um processo que prepare alguém para um mundo desconhecido e conseqüentemente arriscado. Não se trata de desconsiderar completamente as práticas desempenhadas pelas instituições, e sim, de expandir e redesenhar essas práticas, oferecendo ferramentas que despertem e desenvolvam além da capacidade intelectual ou cognitiva e motora, a emocional.

O conteúdo trabalhado em sala pelos professores associados às pesquisas e trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelos alunos garantem o desenvolvimento intelectual.

As atividades práticas, esportivas e que envolvem a ação ou iniciativa do aluno garantem o desenvolvimento motor. Qual ferramenta (ou ferramentas) uma instituição de ensino superior utiliza para proporcionar o desenvolvimento emocional?

DELORS (1999) ressalta que para tornar o estudante em um cidadão responsável e profissional competente "a educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais, saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são bases das competências do futuro". À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele. Esses objetivos viabilizaram para que DELORS (1999) estabelecesse as novas tarefas da educação em quatro aprendizagens ou pilares considerados fundamentais para a construção do conhecimento.

Quadro 1 – Os quatro pilares da Educação

Pilares	Aquisição	Consequência do desenvolvimento em equilíbrio dos três pilares anteriores
Aprender a Conhecer	Instrumentos da compreensão	Aprender a Ser (confiar em sua vontade interior, possuir auto-estima positiva e consciência de seu papel como agente transformador da cultura).
Aprender a Fazer	Para poder agir sobre o meio ambiente	
Aprender a viver junto	Para participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas	

Fonte: DELORS, 1999: 89-90 (adaptado).

Os quatro pilares evidenciam a necessidade do ensino superior oferecer suporte para o desenvolvimento integral do educando, pois conhecer não é apenas uma operação mental, mas é toda ativação de pensamentos com base nas emoções e nos sentimentos vividos em determinadas circunstâncias.

HABERMAS (1993) entende que a função da educação superior está ligada "não apenas com o desenvolvimento técnico e a preparação para profissões acadêmicas, mas também com a educação em geral, a tradição cultural e o esclarecimento crítico".

As novas competências do ensino superior envolvem o desenvolvimento integral do aluno que, no início da vida acadêmica, deve tornar-se estudante e ao longo e término desse período tornar-se um cidadão e profissional apto a movimentar-se no cenário social e profissional volátil e indefinido.

Tornar esse jovem capaz de construir, desconstruir e reconstruir conhecimentos, habilidades e atitudes é uma tarefa única e exclusiva do ensino superior? A resposta a essa questão é não, pois a instituição oferece as ferramentas, os meios, mas a escolha ou vontade por usá-las ou não depende do aluno. Deve existir uma parceria, uma cumplicidade baseada na consciência e no comprometimento das duas partes.

O aluno universitário ao frequentar o espaço acadêmico depara-se com alguns desafios que envolvem o estabelecimento de novas relações interpessoais, a adaptação ao ambiente social, intelectual e acadêmico específico da área escolhida e, principalmente, a necessidade de atingir sucesso acadêmico. ERIKSON (1968) considera esses desafios como essenciais para o desenvolvimento da autonomia e da competência para lidar com a complexidade do mundo e da identidade.

MORIN (2000) considera que o conteúdo programático, o conhecimento (objeto) tem sido informado, mas a capacidade de seleção e organização desses conhecimentos, na subjetividade (sujeito) do ser pode não estar sendo priorizada, dificultando para o indivíduo a busca de sua realização pessoal e profissional. A problemática reside no fato de o aluno sentir dificuldade em administrar e dar significado aos conhecimentos que adquire, e em gerir suas emoções, que tanto interferem nos seus processos cognitivos.

As pesquisas neurais das duas últimas décadas desmistificaram algumas crenças relacionadas à emoção e à razão do indivíduo. Acreditava-se que eram processos independentes, porém, BECHARA, TRANEL e DAMÁSIO (2000) ressaltam que as emoções influenciam de forma inconsciente as tomadas de decisão, e possuem potencial para alterar e modificar a cognição, facilitando ou dificultando a tomada de decisão ou aprendizagem. DAMÁSIO (1996) cita que a emoção está visceralmente conectada com o pensamento e com a razão, como se o indivíduo

possuísse duas mentes, uma racional e outra emocional, e as duas deveriam funcionar em equilíbrio, a mente racional refinaria ou vetaria o insumo das emoções, e a mente emocional alimentaria e informaria as operações da mente racional; mas isso não é o que acontece. Os processos emocionais interferem em todos os processos neurais que oferecem suporte para os fenômenos mentais: a percepção, a aprendizagem, a memória, a emoção, o sentimento, o raciocínio e a criatividade.

Essas informações demonstram claramente que só atuar no desenvolvimento da capacidade intelectual e motora não possibilita a formação integral do aluno que precisa aprender a viver junto e a ser, ou seja, necessita entrar em contato com sua interioridade, detectando atitudes e valores que prejudicam seu aprendizado e buscando alternativas para superá-los.

Pode-se considerar que ao longo da trajetória acadêmica, o aluno defronta-se com tarefas que desconhece e que podem ser caracterizadas em três domínios principais.

Quadro 2 – Domínios principais dos desafios acadêmicos

No.	Domínio	Tipo de desafios
1	Acadêmico	Dificuldade em adaptar-se aos hábitos e métodos de estudo e ao sistema de avaliação.
2	Pessoal e social	Dificuldades na construção de um sentido de identidade e das relações interpessoais
3	Vocacional	Questões relacionadas com a identidade vocacional, a busca por um espaço organizacional e a transição para o mundo do trabalho.

Fonte: GONÇALVES & CRUZ 1988 pág. 127 – 145 (adaptado)

A aprendizagem é um processo complexo que envolve diversos fatores e a psicopedagogia, que possui um caráter multidisciplinar, é uma das ferramentas úteis no desenvolvimento do espírito científico e da inteligência emocional dos alunos.

A psicopedagogia articula as áreas de Psicologia e Pedagogia e também se utiliza de conhecimentos filosóficos, sociológicos, lingüísticos, culturais e neurológicos que possibilitam a verificação de como ocorre a aquisição, o desenvolvimento e as possíveis distorções no processo de aprendizagem de cada indivíduo.

FELNER e ADAN, (1990) e LUCKESI, (1992) consideram que o principal objetivo do atendimento psicopedagógico ao estudante universitário é a prevenção do fracasso acadêmico, levando-se em conta as questões cognitivas, bem como a adaptação à vida acadêmica e a forte interferência do componente emocional na vida do indivíduo.

Projeto, implementação e método do Programa de Atendimento Psicopedagógico

Oferecer atendimento psicopedagógico aos alunos do ensino superior foi a alternativa para solucionar alguns fatos constatados a partir de observações assistemáticas ocorridas dentro do ambiente acadêmico.

O mais significativo foi perceber as dificuldades de alguns alunos no processo de aprendizagem por falta de hábitos de estudo adequados. Outro fato observado envolvia alunos que apresentavam excelente desempenho, e tornavam-se negligentes e ao serem questionados apresentando características emocionais perturbadas naquele determinado período, aliás, alguns espontaneamente procuravam “desabafar” com um de seus professores, nos curtos períodos do intervalo.

Esses fatos associados à missão da Instituição, que é formar profissionais com excelência de ensino, aptos a intervir num mundo em permanente transformação, desencadeou o interesse em desenvolver um projeto para orientar os alunos tanto em aspectos pedagógicos quanto psicológicos, como já é praticado no ensino

fundamental e médio, mas apresentando uma proposta diferenciada, por tratar-se de jovens adultos. Esse atendimento beneficiaria o desenvolvimento integral e saudável do estudante, proporcionando estratégias para o equilíbrio que o aprendizado exige para ser efetivo.

O pré-projeto foi construído a quatro mãos e com a articulação das experiências de dois profissionais envolvidos com a vida acadêmica: um administrador e uma psicóloga e pedagoga e diversas pesquisas nas áreas de conhecimentos psicológicos, pedagógicos, administrativos, filosóficos, sociológicos, lingüísticos, culturais e neurológicos.

O projeto de Orientação Psicopedagógica ao Estudante foi construído com base na compreensão de que os processos interiores influenciam o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo um programa de aconselhamento, triagem, encaminhamento e apoio à vida pessoal e acadêmica.

Em março de 2007, o programa de orientação psicopedagógica foi implementado e oferecido aos alunos da graduação e da pós-graduação. Uma sala em local discreto foi preparada para os atendimentos individuais com duração de trinta (30) minutos. Por não se tratar de processo terapêutico, ficou estabelecido que após o terceiro atendimento, em caso de necessidade, o estudante seria encaminhado para outros profissionais, devidamente reconhecidos e conveniados com a Instituição, e comprometidos a oferecerem atendimentos e preços diferenciados.

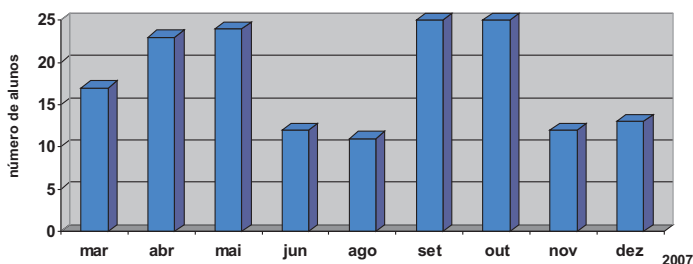
Para agendar um atendimento foram oferecidas três alternativas aos interessados: e-mail, telefone ou pessoalmente na Pró-Reitoria de Extensão. Os horários de atendimento foram mais centralizados aos sábados, devido a grande parte dos estudantes trabalharem durante a semana. A profissional ficou a disposição dos coordenadores em horário predeterminado para possíveis encaminhamentos, sugestões e feedback. O comprometimento do corpo docente e dos coordenadores foi pontuado e importantíssimo para o sucesso do programa. Ficou estabelecida avaliação contínua do programa por parte da profissional, dos estudantes atendidos e pelas avaliações sistematizadas da CPA.

#### Resultados obtidos em 2007

Ao término do ano letivo e com os resultados obtidos, iniciou-se o processo de reflexão sobre os objetivos propostos e os efetivamente alcançados, além de analisar e repensar as estratégias utilizadas, e de propor ações para maximizar o trabalho para o ano de 2008.

Foram atendidos, durante esse período inicial, cento e sessenta e dois (162) alunos. Os meses de abril, maio, setembro e outubro foram mais intensos em relação à procura (gráfico 1).

Gráfico 1 – Atendimento aos alunos



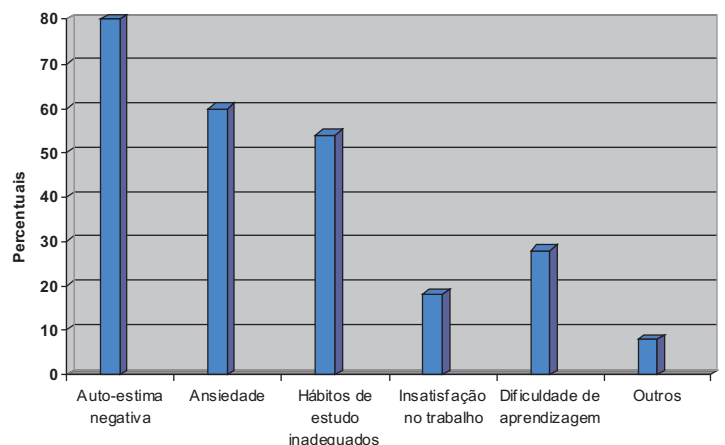
Do total de 162 atendimentos, 59% correspondem ao sexo feminino e 41% correspondem ao sexo masculino. A procura de atendimento por alunos do sexo feminino é 18% maior que do sexo masculino (gráfico 2).

Gráfico 2 – Gênero e atendimento



As situações problemáticas (gráfico 3), apresentadas a seguir, envolvem aspectos diferenciados, mas 80% dos atendidos possuem auto-estima negativa, e isso interfere em algumas áreas como: estudo, trabalho e relacionamentos. A ansiedade é outra situação que afeta a vida profissional, acadêmica e pessoal. Alguns alunos ficam ansiosos temendo ter escolhido o curso inadequado ou por não atuar na área do curso escolhido. Mais de 50% trazem hábitos de estudo inadequados, originados no ensino fundamental e médio. Não são disciplinados e não possuem o hábito de estudar fora dos horários de aula. As dificuldades de aprendizagem envolvem pontos como excesso de atividades durante o dia, no ambiente de trabalho, falta de disciplina em relação às atividades de trabalho, estudo e lazer, problemas emocionais (geralmente relacionamentos) que acabam por interferir na aprendizagem. A insatisfação no trabalho também é outro fator, pois se sentem desvalorizados pelas empresas em que atuam e consideram que realizam atividades operacionais quando gostariam de atuar de maneira mais tática ou estratégica. Percebe-se que a ansiedade é a base dessa situação problemática. Outras situações problemáticas mais complexas geraram encaminhamento para outros profissionais.

Gráfico 3 – Situações problemáticas



Os resultados podem ser considerados positivos, mas o processo pode ser melhorado e ampliado, pois uma crença que precisa ser desenvolvida nos indivíduos é a de que falar sobre suas dificuldades, sejam elas cognitivas ou emocionais, é sinal de fraqueza. Isso talvez seja em decorrência da visão reducionista das instituições de ensino fundamental, médio e superior, que valorizam somente o conteúdo e relutam em reconhecer as necessidades e as vantagens de atitudes preventivas para o desenvolvimento psicológico e pedagógico do aluno.

POLYDORO (2001) e SBARDELINI (1997) ressaltam que atualmente, uma instituição de ensino superior comprometida, deve criar medidas que facilitem o desempenho acadêmico, a frequência escolar e a formação profissional dos seus estudantes, mas deve acrescentar que sua responsabilidade também envolve a formação integral do ser humano.

De acordo com SANTOS (1998) o aluno do ensino superior, em grande parte, chega com uma série de problemas de várias ordens, entre eles, uma formação básica insuficiente ou inadequada, falta de habilidades de leitura, escrita e estudo, insegurança nas tomadas de decisões, entre outros. Isso demonstra a necessidade de se focar o estudante universitário, indo além dos aspectos cognitivos, pesquisando-se soluções para questões de adaptação à vida acadêmica e universitária do estudante. O componente emocional na vida humana, segundo LUCKESI (1992) não pode continuar sendo negligenciado pela universidade.

#### Reflexões e Continuidade do Projeto

Alguns alunos vêm totalmente despreparados para o ensino superior, indisciplinados em relação aos hábitos de estudo e pesquisa, muito ansiosos. Surge aqui uma provável tese: talvez por ouvirem, muitas vezes, quando bebês, músicas como: “o anel que tu me deste e vidro e se quebrou e o amor que tu me tinhas era pouco e se quebrou”, cheguem à universidade com a sua auto-estima negativa. O preconceito ainda é um fator que inibe, pois o “psico” mesmo associado ao “pedagógico” (psicopedagógico) ainda é considerado uma demonstração de “fraqueza” ou surge o medo de ser rotulado como “perturbado”. Esse é um dos desafios do programa, alterar essas crenças que impedem o desenvolvimento integral do estudante, profissional e principalmente cidadão.

Outra crença que começa a ser desestruturada é a de que aluno do ensino superior não tem necessidade de apoio psicopedagógico, somente pelo fato de ser maior de 18 anos. Esse é justamente o que o torna mais por já possuir responsabilidades trabalhistas e alguns até familiares.

A proposta para o ano letivo de 2008 é intensificar ainda mais o programa, atuando de forma mais eficaz sobre os processos cognitivos e emocionais do estudante.

#### Referências Bibliográficas

- BECHARA, A., TRANEL, D. e DAMÁSIO, A. R. Poor judgment in spite of high intellect. In: R. BAR-ONE & J. D. PARKER (org). Handbook of emotional intelligence. San Francisco: Jossey Bass, 2000.
- DAMÁSIO, A. O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DELORS, Jacques (Coord.). Educação: um tesouro a descobrir. Brasília: UNESCO/MEC, 1996.
- DINIZ, A. A universidade e os seus estudantes: um enfoque psicológico. Lisboa: Edições ISPA, 2005.
- EMMERLING, R. J. e CHERNISS, C. Emotional intelligence and the career choice process. Journal of career assessment, 2003.
- ERIKSON, E. H.. Identity Youth and crisis. New York: Norton, 1968.
- FELNER, R. D. E ADAN, A. M. (1990). The school transitional environment project: an ecological intervention and evaluation, In: R. H. Price; E. Cowen; R. P. Lorion & M. Ramos. Fourteen ounces of primary prevention. Washington: American Psychology Association, 1990.
- FERNANDEZ, S. A. F. . Ensino Superior Privado no Brasil: A Ótica do Discente. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, USP, 1993.
- GONÇALVES, O. & CRUZ, J. A organização e implementação de serviços universitários de consulta psicológica e desenvolvimento humano. Revista Portuguesa de Educação, 1 (1) 1988 pág. 127 – 145.
- HABERMAS, J. A idéia de universidade: processos de aprendizagem. Colóquio/Educação e Sociedade. Lisboa, n. 3, p. 35-66, 1993.
- KOTTER, J.P. As novas regras; tradução José Carlos Barbosa dos Santos. São Paulo:
- LUCKESI, C. C. Educação universitária e a formação do ser humano. Revista da FAEEDBA, 1992 1(1), 31-35.
- MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- POLYDORO, S.A.J.. O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do Universitário: condições de saída e de retorno à instituição (Tese de Doutorado). FE-UNICAMP, 2001.
- SANTOS, A. A. A.. Psicopedagogia no 3o grau: avaliação de um programa de remediação em leitura e estudo. Proposições, 1998.
- SBARDELINI, E.T.B. A Reopção de Curso na Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado). Ribeirão Preto, SP: FMRP-USP, 1997.
- TACHIZAWA, Takeshy e ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. Gestão de Instituições de Ensino. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

# Uma abordagem instrumental para o ensino de Inglês no curso de Ciência da Computação: o grande “link”

Mestre em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem pelo Programa de LAEL/PUC-SP, e membro do grupo de pesquisa GEALIN. Atualmente, leciona no curso presencial Inglês Instrumental: Leitura para Fins Acadêmicos, oferecido pela COGEAE/PUC-SP. Na FECAP, leciona língua portuguesa nos cursos de Secretariado e Comunicação Social. É também professora universitária nos cursos de Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Biblioteconomia, Secretariado e Relações Internacionais no Centro Universitário Assunção. Trabalha na Revista the ESPecialist como assistente editorial. Seus principais interesses de pesquisa são: Ensino Instrumental de Línguas, Análise do Discurso, Formação de Professores, Autonomia e Estratégias de Aprendizagem.

**Resumo:** A partir de uma avaliação sobre o conteúdo programático da disciplina de Inglês Técnico para o curso de Ciência da Computação, observamos que, além da habilidade de leitura, os alunos ansiavam em desenvolver as outras habilidades: escrita, compreensão e produção oral. Por esta razão, resolvemos adequar o conteúdo programático do curso, atendendo às reais necessidades dos alunos. Tal decisão resultou neste estudo em que apresentamos o redimensionamento do programa da disciplina de Inglês Técnico.

**Palavras-chave:** Inglês Técnico, habilidades, leitura, Ciência da Computação.

## Introdução

Este trabalho objetiva apresentar uma proposta para o ensino de Inglês Instrumental para o curso de Ciência da Computação, possivelmente redimensionando o programa já adotado por uma universidade particular.

## Caracterização atual do curso

Este estudo foi elaborado em um centro universitário privado, localizado na cidade de São Paulo, onde trabalhamos atualmente como professora de inglês no Curso da Ciência da Computação. Essa instituição possui três laboratórios de informática nos quais é possível utilizar para cada aluno um computador conectado à rede. Além disso, equipamentos para impressão de textos, apresentação com Data Show, televisores, vídeos e DVDs têm acesso ilimitado para as disciplinas mais específicas que compõem o curso. Ao passo que tais recursos sofrem restrições quanto à frequência de uso quando destinados a disciplina de inglês.

Geralmente, as salas de aulas apresentam em média sessenta alunos, entre 18 a 25 anos de idade, pertencentes à classe média baixa. Em sua totalidade, trabalham período integral e estudam à noite. A alternativa em estudar no período noturno como meio de obter uma formação de terceiro grau é feita, muitas vezes, ainda no ensino fundamental. Muitos são provenientes de escolas públicas e supletivos particulares. Inglês Técnico é o nome da disciplina, ministrada no primeiro ano do curso, com uma aula semanal de 100 minutos. A instituição acredita que esse alunado deva adquirir habilidade e autonomia de leitura de textos em inglês tais como: manuais de computação, e-mails, textos jornalísticos e textos teóricos da área de informática. Em

**Abstract:** *After evaluating the syllabus of an English course in the Computer Science Graduation, we observed that the pupils were completely dissatisfied and demotivated, therefore we decided to propose a new syllabus taking all the students' wants and needs in consideration. This study aims to show the result of such decision which is meant to elaborate the course according to the students' evaluation.*

**Key-words:** *Technical English, skills, reading, Computer Science.*

outros termos, a análise de necessidades foi elaborada pela própria instituição, baseando-se em um aluno imaginário. O syllabus do curso parece seguir em linhas gerais, como veremos a seguir, a fundamentação teórico-prática do Projeto Nacional de Inglês Instrumental CEPRIL/PUC-SP:

- Conscientização
- Identificação de cognatos, das dicas tipográficas, da fonte do texto, da estrutura sintática da oração, dos grupos semânticos, e dos afixos
- Conhecimento Prévio e Conhecimento de Mundo
- Inferência Contextual e Lexical
- Skimming & Scanning
- Utilização do dicionário:
  - a) verificar o significado da palavra de acordo com o contexto;
  - b) representação dos símbolos fonéticos
- Grupos Nominais
- Referência Textual
- Conjunções
- Identificação dos tempos verbais: imperativos e os verbos modais
- Formação de palavras

Quanto à avaliação da disciplina, há certos fatores determinantes que são:

- a observação do desempenho dos alunos;
- a presença, o interesse e a assiduidade;
- a entrega periódica de trabalhos e a prova bimestral.

Aulas expositivas e trabalhos em grupos em sala de aula e no

laboratório de informática são as principais características que definem a metodologia dessa disciplina.

As limitações encontradas para o curso atual são, de fato, o que nos levaram a buscar um redimensionamento para o ensino do inglês na área da informática. Ao lermos *The Brazilian ESP project: an evaluation* (CELANI et al., 1986), verificamos que a maioria das universidades e escolas das federais participantes optou por trabalhar com a habilidade de leitura, pois essa era a principal necessidade dos alunos. No entanto, não devemos considerar tal decisão como sendo uma regra, muito pelo contrário, uma das principais características do Projeto Nacional é considerar o que o aluno precisa fazer tendo a língua inglesa como instrumento para o alcance de seu objetivo. Se for um grupo de alunos do curso de turismo, por exemplo, certamente as habilidades orais devem ser mais trabalhadas do que as de leitura.

Como foi afirmado anteriormente, a análise de necessidades foi antecipada pela própria instituição, enfatizando o ensino da leitura de textos de informática.

Embora tivesse havido uma explanação sobre o curso na primeira aula, algumas questões foram levantadas pelos alunos no decorrer do processo. Apesar de julgarem o ensino de leitura instrumental essencial tanto na vida acadêmica quanto na vida profissional, queixaram-se por não terem tido a oportunidade de desenvolver outras habilidades. Além disso, confessaram-se descontentes com o conteúdo programático porque havia uma preocupação exclusiva com o ensino de leitura, esperavam, de fato, a oportunidade de aprender algumas situações que envolvessem as habilidades de escrita e fala.

A partir dessa avaliação informal, pois não há registro escrito dos momentos que conversamos a respeito, decidimos redesenhar o curso, priorizando as sugestões que nos foram colocadas.

É com base nessas colocações que a estruturação do curso será apresentada na próxima seção.

#### Redesenhando o curso

Segundo HUTCHINSON & WATERS (1987), o ensino instrumental da língua inglesa é uma abordagem cujo objetivo principal é atender às necessidades específicas de um determinado grupo de aluno. Para tanto, é necessário que façamos determinadas perguntas ao elaborar o curso. São elas: a. Por que o aluno precisa aprender?; b. Quem está envolvido no processo?; c. Onde a aprendizagem ocorre?; d. Quando tal aprendizado ocorre e quanto tempo é necessário?; e. O que o aluno precisa aprender?; f. De que forma a aprendizagem acontece?

Para os autores, tais perguntas devem ser reagrupadas de acordo com a análise de necessidades, o syllabus e as teorias de aprendizagem e de linguagem que estão subjacentes a esse desenho. Dessa forma, as quatro primeiras perguntas caracterizam a análise de necessidades do grupo, a questão em relação ao "o quê" está vinculada com o syllabus do curso e finalmente, as teorias de aprendizagem e de linguagem perpassam o processo de ensino/aprendizagem da língua inglesa.

A seguir, passaremos para a discussão desses fatores essenciais que fundamentam a proposta para o redesenho do curso de inglês para Ciência da Computação. Como exposto, a avaliação

do curso durante o seu desenvolvimento mostrou que as necessidades dos alunos também se voltavam para as outras habilidades do ensino de inglês, além, é claro, da leitura, ou seja, ansiavam em produzir textos orais e escritos. Faz-se desnecessário apresentar o contexto de situação e participantes, já que tais dados foram colocados anteriormente.

Questionamos, então, quais teorias de aprendizagem e de linguagem poderíamos recorrer para que tal proposta pudesse vir a se solidificar, tornando-se algo mais concreto, inclusive apresentando posteriormente uma das unidades do curso.

#### Teoria de Aprendizagem

HUTCHINSON & WATERS (1987) afirmam que devemos entender primeiramente como as pessoas aprendem para então estabelecermos o ensino de uma língua, já que uma língua somente pode ser compreendida como reflexo dos processos do pensamento humano. Em outros termos, compreender como o aluno aprende e que aspectos desta aprendizagem podem potencialmente ser explorados, são passos iniciais na implementação do ensino de uma língua. Por esta razão, passamos para a discussão da teoria de aprendizagem apropriada para o redesenho do curso de inglês para Ciência da Computação.

BARROS e CAVALCANTE (2000) apresentam um artigo no qual há uma retrospectiva das principais abordagens de ensino-aprendizagem, confrontando-as com o uso que os recursos computacionais podem nos oferecer, principalmente em contextos educacionais. Assim, as autoras apresentam as principais características do Behaviorismo, Construtivismo-Interacionista e Construtivismo Sócio-Interacionista. Dentre elas, a abordagem construtivista sócio-interacionista parece melhor delinear o desenho desse curso.

Com base nessa visão, os processos de funcionamento mental, culturalmente organizados, são mediados pela linguagem e construídos da relação com o outro. Assim, a linguagem é definida como instrumento psicológico/semiótico responsável pelo desenvolvimento do pensamento humano. E é o nome do psicólogo russo L. S. VYGOTSKY, responsável pelo desenvolvimento dessa teoria.

Esse autor (1930/1984) atribui uma enorme importância tanto para a dimensão sócio-cultural como para a linguagem, já que é pela interação social, mediada pela linguagem nas relações culturais do indivíduo em contextos particulares historicamente situados, que capacidades, mecanismos psicológicos e formas de agir são apropriadas e/ou transformadas, isto é, aprendidas. A aprendizagem é considerada, assim, um aspecto necessário e fundamental no processo de desenvolvimento das funções psicológicas especificamente humanas e histórico-culturalmente organizadas.

À luz dos pressupostos vygotkianos, a palavra aprendizagem (obuchenie em russo) deve ser entendida num sentido mais amplo, envolvendo também a questão do ensino (REGO, 1997; DOLZ, 1996; FREITAS, 1994) já que para Vygotsky não seria possível tratar desses dois aspectos de forma independente, pois, apesar da criança iniciar o seu aprendizado muito antes dela frequentar a escola, o aprendizado escolar introduz elementos novos e cruciais para o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, BARROS e CAVALCANTE (2000) consideraram os sistemas computacionais também como um meio de interação entre alunos e professores, já que o desenvolvimento das funções intelectuais especificamente humanas é mediado

socialmente pelos signos e pelo outro. Ao internalizar as experiências fornecidas pela cultura, a criança reconstrói individualmente os modos de ação realizados externamente e aprende a organizar os próprios processos mentais. O indivíduo deixa, portanto, de se basear em signos externos e começa a se apoiar em recursos internalizados (imagens, representações mentais, conceitos, etc.).

Para VYGOTSKY (1930/1984), o desenvolvimento natural ocorre em níveis distintos, a saber:

- nível de desenvolvimento real ou efetivo: referente às conquistas que já se consolidaram na criança;
- nível de desenvolvimento potencial ou proximal: referente àquelas atividades e tarefas que a criança somente consegue realizar com a assistência de alguém mais experiente.

Em síntese, entende-se por nível de desenvolvimento real as atividades e tarefas que a criança já sabe fazer de forma independente. Este nível indica, assim, os processos mentais da criança já estabelecidos, ciclos de desenvolvimento já realizados. Ao passo que o nível de desenvolvimento potencial ou proximal define aquilo que a criança pode fazer, só que mediante o auxílio de outra pessoa. Este nível é, para Vygotsky, bem mais indicativo de seu desenvolvimento mental do que aquilo que ela consegue fazer sozinha.

A distância entre aquilo que ela é capaz de fazer de forma autônoma e aquilo que ela realiza em colaboração com outros membros de seu grupo caracteriza aquilo que Vygotsky chamou de "zona proximal de desenvolvimento" (ZPD). Nessa perspectiva, o desenvolvimento da criança é visto de forma prospectiva, pois a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não são automáticas. Desse modo, podemos afirmar que o conhecimento adequado do desenvolvimento individual envolve a consideração tanto do nível de desenvolvimento real quanto do potencial.

### Teoria de Linguagem

Como vimos, segundo os pressupostos de Vygotsky, o indivíduo se constitui como tal não somente devido aos processos de maturação orgânica, mas, principalmente, por meio de suas interações sociais, a partir das trocas com o outro. As funções psíquicas humanas estão intimamente vinculadas à aprendizagem, à apropriação da experiência culturalmente acumulada por intermédio da linguagem (grifo nosso).

Objetivando esclarecer, assim, em qual teoria de linguagem nos apoiamos para que a fundamentação teórica deste estudo se complete e se materialize na proposta de um redesenho de curso, passamos a discorrer sobre tal teoria.

Em seu artigo intitulado "Three Models of Language Description", GRADDOL (1984:1) descreve a linguagem como sendo

*"uma parte importante de nossa identidade individual e de nossas experiências particulares, contudo a linguagem também existe exterior a nós, como uma entidade pública. Individualmente nós temos um controle limitado sobre sua estrutura e funcionamento. O modo complexo de sua existência se traduz pelos vários prismas que possui, quer sejam eles de ordem fisiológica, psicológica, sociológica, antropológica, matemática, semiótica, geográfica,*

*histórica, política." (tradução nossa).*

Nesse estudo, o autor identifica três modelos contrastantes de linguagem, e discute como cada um dos modelos funciona.

A seguir, apresentaremos uma síntese dos dois primeiros modelos, e, então, justificaremos a escolha do terceiro modelo de linguagem elaborado por Graddol.

A linguagem verbal, na primeira abordagem, é concebida como um mecanismo autônomo cujo enfoque está no elemento material da língua. Como reação a esse modelo, a produção de qualquer significado depende, além da estrutura lingüística, do contexto social onde está inserida. No terceiro modelo, contudo, além da estrutura lingüística e em que esfera social ocorre, a linguagem assume uma visão semiótica mais ampla, pois, além das palavras, a linguagem também é constituída de outros sinais não verbais, tais como: um traço, um ruído ou um odor. Nesse modelo, os textos não são elementos internamente homogêneos, pelo contrário, de acordo com GRADDOL (1984), os textos são originados de várias fontes e se caracterizam pelas suas inconsistências de estrutura e significado, concebidos por mais um sistema semiótico. De fato, os textos são produzidos por processos cujas relações de poder e papel social encontram-se imbricados em sua produção. Nessa perspectiva, um texto possui várias vozes, pois, além das pessoas envolvidas em sua elaboração, cada leitor o interpreta de acordo com o que já leu e viveu.

Compreendemos, assim, que apresentados os principais elementos que compõem o desenho de um curso, ou seja, a análise de necessidades, as teorias de aprendizagem e de linguagem, podemos, a seguir, elencar um possível syllabus para a disciplina de Inglês no curso de Ciência da Computação, acompanhado de uma das unidades.

### Syllabus Do Primeiro Semestre Do Curso

- Conscientização
- Identificação de cognatos, das dicas tipográficas, da fonte do texto, da estrutura sintática da oração, dos grupos semânticos, e dos afixos;
- Conhecimento Prévio e Conhecimento de Mundo;
- Inferência Contextual e Lexical;
- Skimming & Scanning;
- Utilização do dicionário: a. verificar o significado da palavra de acordo com o contexto; b. representação dos símbolos fonéticos;
- 1º projeto;
- Grupos Nominais;
- Referência Textual;
- Conjunções;
- Identificação dos tempos verbais: imperativos e os verbos modais;
- Formação de palavras;
- 2º projeto

É necessário esclarecermos que, ao trabalharmos com os textos específicos, interagimos para que possíveis estratégias de aprendizagem sejam comentadas, itens lexicais e gramaticais discutidos de acordo com sua relevância, devemos também questionar os alunos quanto ao tipo de texto que têm em mãos ou seja podemos discutir os principais propósitos de um determinado texto, analisando também como foi elaborado. Dessa forma,

pensamos que os alunos possam estar mais conscientes e preparados para as atividades que envolvem trabalho em equipe, pesquisa, negociação e produção.

#### Amostra De Uma Unidade/Projeto

##### Primeiro Projeto:

Em grupos, acessar a Internet à procura de sites de cias. de computadores, software e hardware, objetivando encontrar determinado produto, levantando suas principais vantagens e desvantagens. Para que haja interação entre os grupos, as apresentações podem ser elaboradas incluindo qualquer recurso disponível no laboratório de informática. Com tal projeto, espera-se que os alunos utilizem as várias estratégias de leitura. A esse trabalho pode-se destinar uma das notas que definirão a média final do primeiro bimestre.

##### Segundo Projeto:

Atrelado ao primeiro trabalho, os alunos deverão desenvolver um site no qual estejam oferecendo um produto de informática, descrevendo-o e revelando as vantagens em comprá-lo. Ao propormos tal atividade, espera-se que os alunos possam integrar a habilidade de escrita ao curso.

#### Considerações Finais

Na verdade, ao invés de elaborar uma unidade, apresentando sua produção por escrito, contendo todas fases, decidimos nos ater aos dois projetos propostos no primeiro semestre do curso. Tal decisão se justifica à medida que o planejamento e realização dos projetos mencionados representam o redesenho de curso de Inglês para Ciência da Computação e, acima de tudo, um novo desafio, já que não sabemos quais resultados efetivamente irão trazer, mas nossa perspectiva é que os frutos de tal labor possam ser colhidos por todos, alunos, professores e pesquisadores.

#### Referências Bibliográficas

- BARROS, S. & P.S. CAVALCANTE. 2000. Os recursos computacionais e suas possibilidades de aplicação no ensino: segundo as abordagens de ensino-aprendizagem. In: Neves, A. & P.C. Cunha Filho. 2000. Projeto Virtus: educação e interdisciplinaridade no ciberespaço. São Paulo: Ed. Anhembi Morumbi.
- CELANI, M. A. et al. 1988. The Brazilian ESP project: an evaluation. Centro de Pesquisas, Recursos e Informação em Leitura, PUC, São Paulo: EDUC, 1988
- COSTA, D.M. 1987. Por que ensinar Língua Estrangeira na escola de 1º grau. São Paulo: EDUC
- HUTCHINSON, T. & A. WATERS, 1987. English for Specific Purposes: a learning-centered approach. Cambridge University Press.
- REGO, T.C. 1995. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. São Paulo: Vozes.
- VYGOTSKY, L. 1930. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes. 1984
- \_\_\_\_\_. 1934. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes. 1987

# Internauta: o quinto poder. Como as Relações Públicas lidam com esse poderoso e influente meio de comunicação

---

Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), pesquisadora na temática das novas tecnologias de comunicação, coordenadora de comunicação corporativa do site de e-commerce MercadoLivre e professora dos cursos de Relações Públicas e Publicidade e Propaganda da Universidade de Santo Amaro (UNISA) e do Centro Universitário FECAP; é também editora do blog RPalavreando (<http://rpalavreando.blogspot.com>).

**Resumo:** Este artigo busca principalmente contextualizar o poder de expressão, difusão e influência adquirido pelo internauta em função do novo cenário criado pela web 2.0 e pela comunicação bidirecional, direta e instantânea. Também oferece um breve panorama sobre as mídias geradas pelo consumidor, a influência que exercem nas organizações e como o profissional de comunicação, sobretudo de Relações Públicas, lida com esse meio de comunicação. Por fim, destaca os impactos dos novos cenários para a comunicação como um todo e as tendências da comunicação organizacional digital.

**Palavras-chave:** Quinto Poder, Comunicação Digital, Comunicação Bidirecional, Comunicação Organizacional, Relações Públicas.

Os três poderes institucionalizados – Executivo, Legislativo e Judiciário – somados à Imprensa (o quarto poder) ganham com a Internet um quinto elemento.

O quinto poder é o internauta, o usuário de Internet que ganhou voz, faz barulho, gera boca-a-boca e, ao mesmo tempo em que pressiona organizações, participa e colabora com conteúdos, informações e opiniões.

A comunicação digital alterou em grande parte a maneira como as organizações se comunicam e se relacionam com seus públicos de interesse. Com ela, os padrões de bidirecionalidade, instantaneidade e desintermediação foram atingidos. Porém, esse novo modelo de comunicação empoderou os usuários, mostrando a vulnerabilidade das organizações frente à participação, colaboração e interação das comunidades da web.

A definição mais elementar sobre comunicação é a derivada da origem da palavra no latim – *communicare* – que significa partilhar, repartir, trocar opiniões, associar, tornar comum. Portanto, por essência, a comunicação pressupõe troca, intercâmbio, “duas mãos” (ida e volta). É exatamente esse o conceito de comunicação bidirecional que adotamos neste artigo.

Consideramos atributos comuns à comunicação na era digital a segmentação; a relevância para o usuário; a bidirecionalidade; a interatividade; a participação e a construção coletivas; a rapidez na disseminação (capacidade viral) e a produção pelo sujeito comum (mídia gerada pelo consumidor).

Tais fatores deram um poder de expressão e influência ao usuário – o quinto poder – que modificaram a comunicação tradicional e acabaram por se tornar o padrão das comunicações on e off-line.

Em suma, a comunicação digital propiciou:

- mudança de linguagem: mais objetividade e concisão;

**Abstract:** *This article seeks the two-way, direct and instantaneous context of the communications as a pattern of the Digital Public Relations. Also consists of a brief scene of the generated-consumer media and the influence that they have on the corporations and on the corporate communication global plan. At last, it emphasizes the impact of these new scenarios to the communications and digital corporate communications tendencies.*

**Key-words:** *digital communication, bidirectional communication, organizational communication, public relations, digital corporate communications.*

- mudança de foco: de grupos massificados e homogêneos para audiências segmentadas e/ou agrupadas por interesses afins;
- mais velocidade;
- oportunidade de retorno, resposta e participação;
- construção coletiva on-line;
- rápida difusão (capacidade viral).

Comunicação bidirecional, direta e instantânea

Comunicação bidirecional é o processo dialógico que permite a oportunidade de resposta e interação entre os emissores e receptores de uma mensagem.

A comunicação direta é aquela que dispensa intermediação, isto é, não utiliza os meios de comunicação e seus filtros e seleções de conteúdo.

Ocorre que, nos dias de hoje, emissores e receptores trocam de papéis a todo momento em função dos princípios de colaboração, participação e produção coletiva estabelecidos pela web 2.0.

As organizações não conseguirão controlar tudo o que dizem os seus consumidores na web ou fora dela, pois apenas uma pequena parte das reclamações vai reverberar o suficiente para causar um problema sério de imagem.

O conceito de comunicação de mão dupla, no entanto, remonta à história das relações públicas, que, desde o surgimento, propaga a multidirecionalidade do processo comunicacional, bem como se preocupa com a abertura de vias de diálogo entre as partes para as quais trabalha.

A comunicação bidirecional digital elimina os intermediários ou minimiza seus efeitos, pois pretende ser direta e instantânea, ágil, de resposta rápida e desintermediada. A característica da instantaneidade, por exemplo, pode ser observada em um chat, comunicador instantâneo, atendimento on-line etc. Isto é, trata-se da

comunicação acontecendo em tempo real.

Trata-se de um cenário novo e real. Bem ou mal, estão falando da empresa e dos seus produtos e serviços. O poder do usuário comum ofusca o predomínio da mídia tradicional e das grandes corporações no controle das informações.

A importância do veículo e da liberdade de expressão gerada por blogs, wikis, fotologs e por outros aplicativos ligados à web 2.0 pauta-se na participação e colaboração dos usuários. Essas ferramentas estão conquistando credibilidade até mesmo na imprensa tradicional, que as tem utilizado como fonte de informação. Os leitores, por sua vez, vêm incorporando ao seu cotidiano fontes alternativas à mídia tradicional, por acreditarem ser mais genuína que os discursos organizacionais.

Por outro lado, notamos que essa comunicação expõe as organizações e faz com que os processos e modelos vigentes sejam repensados. Os formatos monodirecionais de antes cedem lugar a uma comunicação em tempo real, viral, feita por diversos autores e em rede.

O quinto poder, como denominados aqui a mídia produzida pelo consumidor, abre um mercado para os profissionais de comunicação na rede. Há que se planejar para enfrentar as manifestações (positivas ou negativas) e, o que é pior, sem data, hora ou lugar para acontecer.

Mídias geradas pelo consumidor – manifestação da comunicação direta

A mídia produzida pelo consumidor ou consumer-generated media é uma manifestação criada e compartilhada por e entre os consumidores/internautas. Acaba por gerar credibilidade, uma vez que foge à voz oficial das comunicações institucionais e/ou mercadológicas e influencia grandes grupos ligados pelas redes sociais de relacionamento.

A enciclopédia on-line Wikipedia considera mídia gerada pelo consumidor o comportamento de difundir, como em um boca-a-boca, o que existe na Internet. Compreende opiniões, experiências, conselhos, comentários sobre produtos, marcas, companhias e serviços – usualmente informados por experiência pessoal. Está presente em listas de discussão on-line, fóruns, grupos de distribuição de notícias e blogs. As mídias geradas pelo consumidor chamam a atenção de profissionais de comunicação em geral, de marketing, de gerenciamento da marca/imagem, de pesquisadores e afins, pois geram um rastro digital na Internet e são passíveis de mensuração.

A mídia gerada pelo consumidor origina-se de blogs; quadros de mensagens e fóruns; listas de discussão; fóruns; serviços e sites on-line que analisam produtos e serviços; sites de varejo on-line que usam conteúdos gerados por seus usuários em sistemas de recomendação e indicação, entre outros.

A tecnologia vem proporcionando um espaço de voz ativa antes reservado às mídias de massa, popularizando novas formas de expressão e interação e ampliando os horizontes de novas comunicações entre os indivíduos da sociedade contemporânea. Essa mesma tecnologia que populariza faz com que as empresas tornem-se mais vulneráveis, uma vez que manifestações e denúncias ocorrem via web. Empresas como a rede de supermercados Wal-Mart são alvo de blogueiros

como <http://walmartwatch.com/blog> e <http://blog.wakeupwalmart.com>. O WalMart Watch vem conseguindo cobertura da mídia, como podemos ver em um exemplo a seguir: “Perhaps no other group is scrutinizing the

company more thoroughly than Wal-Mart Watch.” - Arkansas Democrat Gazette, 06/05/2005.

A mídia gerada pelo consumidor, segundo o instituto de pesquisa Nielsen Buzzmetrics, está relacionada aos milhões de comentários provenientes de consumidores, opiniões e experiências pessoais publicadas em locais públicos on-line sobre diversos assuntos, produtos e marcas. A mídia gerada pelo consumidor também é conhecida como boca-a-boca on-line ou buzz (ruído, barulho, burburinho) on-line.

Segundo GUIMARÃES (2005: 20), reclamações que antes se dissolviam no ar, hoje ficam registradas na Internet, ao alcance de uma pesquisa nos buscadores. Em entrevista à Exame, Ronald Mincheff, presidente da filial brasileira da Edelman, uma das maiores agências de relações públicas do mundo, afirma que “a opinião de uma pessoa comum, sem os filtros dos meios de comunicação tradicionais, ganha cada vez mais credibilidade”.

O desenvolvimento tecnológico deu às pessoas um poder antes restrito às mídias. Com a tecnologia a favor do usuário, grupos de relacionamento ou com interesses comuns reúnem-se, partilham informações e definem agendas específicas, interferindo na opinião pública e na imagem e reputação das organizações. Essas “redes virtuais de interesse” são os agentes de uma mudança na forma como as empresas lidam com os grupos de pressão que afetam seus negócios. (CAMARGO, 2005: 82)

A Internet passa por uma transformação profunda - a maior desde sua disseminação, há cerca de uma década. Formas de comunicação inovadoras, mobilidade total e colaboração são as palavras que definem este novo momento. As novas aplicações da rede aprofundam o conceito de personalização e colaboração. Trata-se, segundo Muller (2006), de um fenômeno de democratização ao acesso e publicação de informações que nenhuma mídia antes possibilitou.

“Estamos saindo de uma era de produção em massa para outra, de inovação em massa” (POLÍTICAS, 2005: 14): a partir dessa máxima é que devemos preparar nossas organizações para se comunicar com seus mais variados públicos, que, além de usuários e receptores das mensagens empresariais, são agentes da comunicação, emissores e interlocutores de diversos grupos de interesse. A platéia está tomando o palco:

“(…) graças à Internet, os usuários podem se juntar e compartilhar idéias. A inovação liderada por usuários é parte desse cenário criativo e democrático da nova era. As pessoas querem ter voz”. (POLÍTICAS, 2005: 14)

Desde que surgiu, a Internet foi considerada o meio de expressão dos usuários por excelência. Os instrumentos bidirecionais, mais do que os sites, consomem essa realidade levando às últimas conseqüências, segundo MARTHE (2005), dois princípios da web: interatividade e formação de comunidades. Cada texto, áudio ou vídeo postado tem uma janela que permite comentários de quem o visita, fazendo com que esses espaços sejam considerados de discussão. São interligados entre si por meio de links, formando uma rede de comunidades similares ou de assuntos relacionados. Em breve, as empresas colocarão em seus clippings novas mídias que a mencionem. O sistema de comentários dos blogs, sites e fóruns de discussão são considerados ferramentas de alto grau de interatividade e de democratização das informações, pois mais pessoas podem ter acesso aos meios de produção de informações. Comparativamente, pode-se dizer que a Internet é muito mais democrática do que o jornal, a TV e o próprio rádio uma vez que

torna menos complexo tecnicamente e menos oneroso economicamente para o indivíduo, por si só, estar presente na mídia.

Uma pesquisa realizada pela Backbone Media (apud EDELMAN; INTELISEEK, 2005b: 5), em 2005, confirmou muitas das razões acima citadas e elegeu cinco motivos principais para se manter ou criar instrumentos desse tipo: publicar conteúdos e idéias (52%), construir uma comunidade (47%), promover liderança ou pioneirismo (44%), obter informações dos clientes (36%) e receber rápido retorno dos consumidores (23%).

BARBOSA LIMA (2004) conclui:

“Mais que uma popularização de uma ferramenta de comunicação, assistimos ao surgimento de um importante instrumento democrático. (...) Parece de fato que os gurus da Internet não estavam errados quando afirmavam, em 1995, que a Internet permitiria uma democratização da informação, tanto para quem produz quanto para quem consome.”

Como ferramenta de comunicação interna ou externa, esses instrumentos provocam uma mudança de paradigma no relacionamento corporativo. Clientes e parceiros de negócios têm possibilidade de interação com a empresa. Enquanto o marketing e as relações públicas se encarregam de transmitir a mensagem unificada da companhia em diferentes plataformas, os instrumentos de mão dupla são mais parecidos com uma conversa casual com os públicos. No entanto, essa é também uma forma de relações públicas, pois se apresenta como mais um canal informal, mas oficial, de relacionamento corporativo. Nota-se a alteração do paradigma da comunicação assimétrica e de mão única para uma comunicação cada vez mais bilateral. Porém, com tanta liberdade nas mãos dos públicos, existem riscos, e as organizações devem se preparar para que não entrem em crise. Políticas de uso e pessoas altamente qualificadas com poder decisório on-line fazem-se imprescindíveis se as organizações resolverem “navegar” nesse ciberespaço.

Deve adentrar na seara dos diálogos on-line as organizações que necessitam entender o cotidiano das pessoas e dar respostas ágeis a temas polêmicos, que não querem ser impositivas, mas participativas, e que querem garantir adesão às suas idéias.

Ampliando o conceito anterior, ainda podemos dizer que têm condições de estruturar canais de comunicação bidirecionais ágeis, as organizações que preencherem os seguintes requisitos:

1. Com modelo de negócios ou estratégias on-line;
2. Que tenham necessidade de divulgação das informações em um fluxo constante;
3. Que tenham calendários e agendas de eventos (instituições de caridade, associações, grupos de interesse);
4. Cujas vendas dependam de lembrança e informação para atingirem seus consumidores;
5. Que precisem de retorno de seus públicos para o desenvolvimento de seus produtos;
6. Cujos produtos inspirem discussões, entusiasmo, interesse e formação de comunidades;
7. Que tenham algo a dizer, mas que não possa ser dito pelo Departamento de Relações Públicas, ou seja, que precisem que terceiros falem e endossem o tema;
8. Que precisem de comunicação direta (exemplo: em tempos de crise);

9. Que queiram juntar-se à discussões sobre ela;

10. Que queiram ter credibilidade (serem citadas e relacionadas por outros);

11. Com nichos específicos de consumidores.

A multiplicação dos instrumentos bidirecionais permite a identificação de tendências e percepções, a recriação de formatos diferenciados de comunicação e a geração de resultados positivos à empresa. Nesse sentido, abre-se um novo nicho de mercado para os profissionais de comunicação empresarial: o gerenciamento de crises e o monitoramento de notícias na web.

A produção dos meios de dupla direção requer uma relação de troca, que acaba unindo pessoas em torno de um ponto de interesse comum. A força desses meios está em possibilitar que qualquer pessoa, sem nenhum conhecimento técnico, publique suas idéias e opiniões na web e que milhões de outras pessoas publiquem comentários sobre o que foi escrito, criando um grande debate aberto a todos.

Trata-se de uma abertura e uma exposição institucionais inimagináveis nos tempos da “velha mídia”. Os públicos querem e exigem das organizações a abertura de canais de relacionamento ágeis e sem barreiras geográficas.

### Restrições

Em suma, o controle do conteúdo, o descolamento de um planejamento global de comunicação, a dificuldade de atualização constante e o retorno das audiências podem ser restritivos às organizações ao escolherem seus meios de comunicação. Ainda se somam às limitações a dificuldade de se enxergar os benefícios, a falta de pessoal capacitado para lidar com o meio digital, a falta de orçamento, a dificuldade de controle e a insegurança em relação à tecnologia.

Neste novo cenário de participação, o diálogo é mais importante que a publicação.

### A web e os grupos de interesse

As redes virtuais de interesse são os agentes de uma mudança que vem afetando a forma como as empresas lidam com os diferentes grupos de pressão envolvidos com os seus negócios. Essas redes mobilizam outras mídias, criam mitos e interferem nas opiniões de outros usuários amplificando e acelerando percepções.

Setores muito regulados ou muito visados sempre souberam que tinham que levar em conta tanto seus reguladores quanto todos os grupamentos em torno de suas atividades, como associações e organizações não-governamentais. Hoje, todas as empresas devem ficar atentas aos públicos constituintes. Trata-se de uma forma de gerenciar relacionamentos ao invés de administrar crises.

Até aí, nada inovador, visto que as relações públicas já se ocupam de mapear os públicos ligados às organizações e estabelecer relacionamentos verdadeiros, sólidos e positivos com eles desde o aparecimento da atividade no cenário corporativo.

Não se trata de fazer do veículo um serviço de atendimento ao cliente, mas sim de se apresentar como um meio natural e prático de influenciar clientes, ouvi-los, identificando preferências e expectativas.

### Tendências

Os veículos bidirecionais podem ser utilizados para relações

públicas, marketing direto ou publicidade, gestão de relacionamento com cliente, comunicação interna, geração de novos negócios, melhoria do posicionamento do website em ferramentas de busca e comércio eletrônico. Diferenciam-se do spam na medida em que são solicitados pelo leitor. São o contrário da comunicação de interrupção, praticada pelos meios tradicionais eletrônicos e sonoros, como a TV e o rádio, respectivamente.

As novas tecnologias vêm sendo percebidas como um importante reforço de comunicação com seus diferentes públicos. Em função da rapidez com que esses veículos avançam, podem levar a uma multiplicação dos formatos corporativos e, a partir deles, pode-se identificar tendências e percepções, revisar formatos de comunicação e gerar resultados positivos à imagem da organização.

Em pouco tempo, segundo o estudo da agência Edelman em parceria com a empresa de inteligência de marketing Inteliseek, o fenômeno dos blogs alterou drasticamente o cenário e os tradicionais paradigmas de desafios sobre o controle das mensagens pelas corporações, mídia, governo, profissionais de marketing e stakeholders das companhias. O estudo sobre as mídias nas quais os consumidores ainda confiam afirma que a pessoa “normal” quer engajar-se e ser engajada nas conversações e que os blogs permitem esse envolvimento. Nesse sentido, o estudo aponta que os blogs são uma extensão natural da chamada 'mídia gerada pelo consumidor' ou 'jornalismo cidadão', o que promove uma maior confiança dos consumidores e dos públicos da organização nesses meios e não nos ditos tradicionais ou oficiais, nos quais a unilateralidade prevalece.

Frente a esse panorama e na mesma linha do estudo acima, algumas tendências estão caracterizando a Internet, segundo JIMÉNEZ (2006): geração de conteúdos pelos usuários (mídia gerada pelo consumidor), comunicações sincrônicas (instantâneas), conteúdos compartilhados e acesso móvel a tais conteúdos. JIMÉNEZ (2006) afirma: “Definitivamente, os usuários estão cada vez mais ávidos por comunicarem-se e expressarem-se por meio dos meios digitais”.

Em suma, os profissionais de comunicação e os stakeholders das organizações precisam conhecer o que são esses meios, como funcionam e como influenciam e modelam a cultura e as práticas corporativas atuais. Participar da cibercultura requer conhecimento das práticas, formatos, comportamentos e influência, além de uma aproximação inteligente para se engajar nela, conclui o estudo Trust Media. (EDELMAN; INTELISEEK, 2005a: 20)

Em síntese, podemos enumerar como tendências:

- participação não só da empresa, como também dos internautas;
- colaboração, construção e contribuições coletivas para esses veículos (mídia gerada pelo consumidor);
- interação;
- instantaneidade e/ou agilidade nas trocas comunicacionais;
- sistema de recomendação e influência;
- pessoalidade nas comunicações;
- segmentação por perfil e assunto;
- formação de comunidades;
- comunicação direta.

Coincidente mente, são os mesmos princípios da web 2.0 e das relações públicas: colaboração, interatividade, participação, mão dupla.

#### Referências Bibliográficas

- BARBOSA LIMA, Alessandro. Comunicação Interpessoal Online: um estudo sobre a utilização das redes sociais em ações de comunicação viral. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – ECA – USP, São Paulo, 2004.
- BLOG monitoring: siguiendo a nuestros clientes y sus marcas en la blogosfera. Buenos Aires Campus: Edelman University. 24/02/2006.
- CAMARGO, Tom. “Blogosfera” e as novas tecnologias. Revista Negócios da Comunicação. Ano III, Número 15, 2005. P. 82.
- EDELMAN and INTELISEEK (2005A). Trust “Media” – why the average person is finally getting heard. Disponível em <http://www.edelman.com.br/clientes/pesquisas/Blog%20na%20academia.pdf>. Acesso em 13/07/2006.
- EDELMAN and INTELISEEK (2005B). Blogging from the inside out – the rise and effective management of employee bloggers. Disponível em <http://www.edelman.com.br/clientes/pesquisas/blog%20na%20academia%20-%20second.pdf>. Acesso em 13/07/2006.
- GUIMARÃES, Camila. Os blogs vão mudar seus negócios. Revista Exame, Edição 860, Ano 40, 01/02/2006. P. 18-25.
- JIMÉNEZ, Carlos. Publicidad em los nuevos “Nuevos Médios”: el caso de los blogs. Apresentado no evento Expotrade, em Caracas (Venezuela), em 16/06/2006.
- MARTHE, Marcelo. Blog é coisa séria. REVISTA VEJA. Edição 1907. 01/06/2005.
- MÜLLER, Patrícia. Blogs corporativos. Disponível em <http://www.basics.com.br/interna.asp?sec=artigosBlogs>. Acesso em 21/03/2007.
- ORGANICOM. Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas – Ano 2 – nº3 – 2º semestre 2005.
- PIMENTA, Ângela. Faça do blog um aliado. Revista Exame, edição 847, ano 39, número 14, de 20/07/05.
- POLÍTICAS de Comunicação Corporativa. Organizador: Laboratório Integrado de Marketing e Cultura. São Paulo: COMARTE, 2005.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Raitéqui. Redes virais: informação que pega no ar. Revista Eletrônica A Rede. Edição nº13. Abril de 2006. Disponível em: [http://www.arede.inf.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=523&Itemid=99](http://www.arede.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=523&Itemid=99). Acesso em 24/10/2006.
- TERRA, Carolina Frazon. Blogs corporativos. Modismo ou Tendência? São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.
- \_\_\_\_\_. Blogs corporativos como estratégia de comunicação. RP em Revista. Número 1. Julho de 2006. Disponível em: [http://www.rp-bahia.com.br/revista/blogs\\_corporativos\\_como\\_estrategia\\_de\\_comunicacao.pdf](http://www.rp-bahia.com.br/revista/blogs_corporativos_como_estrategia_de_comunicacao.pdf). Acesso em 16/03/2007.
- \_\_\_\_\_. As relações públicas e as novas tecnologias da informação e da comunicação. Revista Caligrama. Número 1. Volume 2. Maio-Agosto de 2005. Disponível em: [http://www.eca.usp.br/caligrama/n\\_2/9%20CarolinaTerra.pdf](http://www.eca.usp.br/caligrama/n_2/9%20CarolinaTerra.pdf). Acesso em 16/03/2007.

# Aplicação da Teoria da Utilidade nas decisões da construção naval

Marcos Fernando Garber é Mestre em Engenharia Naval e professor do curso de Administração do Centro Universitário FECAP.  
e-mail: mgarber@usp.br

Móyses Szajnbok é Doutor em Engenharia e professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI/USP).  
e-mail: lumamin@usp.br

**Resumo:** Este artigo busca, principalmente, analisar metodologias utilizadas para o aperfeiçoamento das decisões na indústria naval e de exploração de petróleo e gás, fazendo com que a sensibilidade dos profissionais seja aguçada, aumentando a percepção do processo de decisão e diminuindo a possibilidade de erros de avaliação. Se as condições do problema variarem, após o processo de auxílio à decisão ser implementada, recomenda-se aos projetistas e armadores decidirem se convém executar novamente o processo.

**Palavras-chave:** Teoria da Utilidade, construção naval, tomada de decisão.

**Abstract:** *This article seeks, specially, to study some methods to belong better the naval industries' decisions. It makes that the professionals have more perceptions into the decisions' process. This fact increases the wrongs' probabilities. If the problems' conditions change after this process, it is necessary to execute the process again.*

**Key-words:** *Utility Theory, naval construction, decision-make*

A decisão sobre a construção de instalações exploratórias do petróleo no mar considera as instalações flutuantes de produção, de estoque e de descarga para os meios de transporte do petróleo extraído. A instalação deve servir como suporte dos equipamentos de perfuração e de extração, além da planta de processamento.

Entre as dificuldades para a tomada de decisões, apontadas por CLEMEN (1981) em "Making Hard Decision", é mencionada a sensibilidade do modelo ao objetivo pretendido por quem toma a decisão, mesmo quando aplicada determinada sistemática, ou seja, como é desejável, a solução depende do que se quer. Tais dificuldades podem ser minimizadas com o uso de teorias de apoio à decisão; como se vê em Samson, no seu "Managerial Decision Analysis" encontra-se a afirmação: "A humanidade tem tomado decisões fazendo uso do bom senso, heurística ou em forma intuitiva. Somente neste século a teoria da decisão tem surgido como um elemento de auxílio à decisão".

A função utilidade é ferramenta matemática que permite interpretar o sentimento de satisfação do indivíduo ou decisores da empresa, permitindo que a solução atenda tanto o critério de maximização de lucros como o da satisfação.

As características do comportamento se apresentam, segundo três possíveis perfis básicos: neutro, arrojado e conservador; é possível identificar outros comportamentos, como combinação das três formas básicas.

## 1. Um Problema De Construção Naval.

### 1.1 O Problema Proposto

Existe um campo de petróleo e gás a ser explorado e disponibilidades para investir na exploração para a qual são oferecidas três opções. A primeira consiste na construção de um FPSO novo; a segunda e terceira são opções que utilizam cascos

de petroleiros existentes, um deles com quinze anos de vida remanescente e o outro com oito. Os tempos requeridos para o início das operações e o custo dependem da solução adotada.

### 1.2 Objetivos do trabalho

O trabalho tem dois objetivos: determinar a melhor escolha do sistema flutuante e a seleção de compra se houver mais de três ofertas de fornecimento.

Admite-se que será adotado o sistema flutuante de produção, estocagem e descarga de petróleo e gás, o conhecido FPSO (Floating Production Storage and Offloading System). Quer-se determinar a solução que torne máximo o valor de retorno do investimento, considerados o prazo para o início da operação, a duração estimada da exploração, a capacidade da instalação avaliada pela eficiência do processo de extração face à faixa de utilização imposta, bem como as decorrentes do estado da tecnologia.

O tempo estimado de duração da exploração depende: do volume da jazida; da quantidade, vazões e disposição dos poços a atender; da infra-estrutura do sistema, isto é, do tipo e forma da montagem dos conjuntos de risers, bóias e sistema de ancoragem.

O segundo objetivo, supondo que há mais de três ofertas para implementar a solução encontrada, é determinar qual é a melhor delas, considerando como critérios os custos; o estado da estrutura; a vida útil remanescente (durabilidade); o prazo de entrega e a possibilidade do reaproveitamento do sistema selecionado. Além desses, poderiam ser considerados outros critérios, conforme as conveniências de cada situação.

### 1.3 A Metodologia

Para o primeiro objetivo, são considerados os tempos necessários para a entrada em operação do sistema, a duração da vida útil das alternativas e o tempo estimado para extração do petróleo da jazida.

Para o cálculo da produção, são levadas em conta as proporções típicas dos tempos em que cada nível de produtividade é alcançado com relação à capacidade nominal da instalação. O retorno da opção é função da produção e dos investimentos requeridos para a sua construção.

Para a escolha da solução procurada, aplica-se a árvore de decisão (GARBER, 2002), iniciando sua construção com os ramos que indicam as várias opções; o extremo de cada ramo é dividido segundo os dois “Estados da Natureza” que caracterizam as condições do sistema requeridas para o cálculo dos seguintes intervalos: desde o início da implementação da solução até o início da exploração de um lado, e de outro, desde a entrada em funcionamento do FPSO até o final do tempo estimado para a exploração do campo.

Adotado um perfil de produtividade, o resultado de cada opção depende da duração de cada um dos seus “estados da natureza” e da estimativa do investimento requerido.

Obtidos os resultados, aplica-se uma função utilidade para cada um dos três tipos de perfil de comportamento, correspondentes às preferências do investidor: conservador, neutro e arrojado.

Se houver mais de três propostas para implantar a solução adotada, usa-se o método AHP de múltiplos critérios, SAATY (1980). Esse método emprega uma matriz de comparação que permite cotejar pares de elementos e verificar a consistência dos resultados, eliminando eventual erro proveniente de avaliação menos acertada. É gerado um índice o qual permite validar ou não as comparações.

O trabalho é completado com a aplicação do método a um exemplo, conclusões e recomendações.

## 2. Os Processos de Decisão.

Neste item são apresentadas as preliminares e os processos usados na aplicação do método da árvore de decisão e na análise hierárquica das ofertas de fornecimento. No processo considera-se fixadas a estimativa dos volumes disponíveis na jazida e a capacidade de produção e armazenagem dos sistemas propostos.

### 2.1 Preliminares

Do ponto de vista do aproveitamento do equipamento, se toma como base a informação de eficiência diária no processo de exploração de poços na área, considerando que a jazida é semelhante ao de outras conhecidas.

Fazendo uso dos dados de sistemas semelhantes em funcionamento se calcula a porcentagem de eficiência dos sistemas de produção configurando um perfil de produtividade que permitirá o estabelecimento de uma ponderação, considerando as porcentagens de eficiência de produção e o tempo de duração das mesmas, para o cálculo do retorno do investimento com base conhecida.

### 2.2 Aplicação do método da árvore de decisão

Inicia-se o processo de solução representando as alternativas possíveis. A seguir, para cada alternativa constroem-se os ramos referentes aos dois “estados da natureza”, antes e depois do início de funcionamento do sistema.

O tempo gasto pela unidade para entrar em operação assim como o tempo em que as unidades não conseguem atender às potencialidades da jazida serão considerados negativos.

A seguir se desenham tantos ramos quantos níveis de

produção existam, neste caso foi tomada como base a informação da eficiência diária em poços conhecidos da mesma área, configurando um perfil que permite o estabelecimento de uma ponderação para o cálculo do retorno do investimento com base conhecida.

Para obtenção dos valores, se inicia o cálculo com as extremidades finais da árvore, passando por cada ramo até chegar no ramo inicial de cada opção. Calculam-se os valores da produção de cada equipamento (ou opção) fazendo a ponderação que considera as proporções de tempo em que estas atuam e a produtividade, sendo cada resultado multiplicado pela proporção estabelecida em cada ramo dos estados da natureza inerentes ao prazo de entrada em funcionamento e exploração estabelecidos a priori. Ao resultado destes valores de retorno deve-se subtrair o valor do investimento correspondente.

O valor esperado será função dos valores de produção, dos tempos considerados e dos investimentos de cada opção. Considerando o critério de maximização de lucros, a opção escolhida será a de maior valor resultante.

Para aplicar a função utilidade os valores monetários obtidos no cálculo dos valores esperados da árvore de decisão serão substituídos por um número que representa este valor interpretado por meio de uma função  $U(x)$  correspondente a cada perfil definido. Segundo BEKMANN e COSTA NETO (1980) corresponderão: ao perfil neutro uma reta; para o arrojado uma função exponencial com expoente menor que a unidade e para o perfil conservador função exponencial com expoente maior que a unidade.

O cálculo dos valores esperados considerando os diversos perfis pode dar resultados diversos aos já obtidos na aplicação inicial da árvore de decisão.

### 2.3 Análise hierárquica das ofertas de fornecimento

Se existirem três ou mais opções de compra e três ou mais critérios de avaliação, pode-se aplicar a análise hierárquica conhecida como AHP. Esta metodologia desenvolvida por SAATY (1980) propõe a utilização de uma matriz de comparação aos pares dos elementos considerados, sejam opções ou critérios. Após um processo de cálculo indicado pelo autor, se obtém uma hierarquia entre as opções e uma razão de consistência, a qual serve para validar ou não essas comparações.

Inicia-se o processo com uma matriz quadrada  $A$  aplicando a metodologia indicada por SAATY (1980) onde a escala dos pareceres de preferência é a da tabela a seguir.

Pareceres de preferências	Valores numéricos
Absoluta	9
	8
Muito forte	7
	6
Forte	5
	4
Moderada (pouco melhor)	3
	2
Igual (equivalente)	1

Tabela de pareceres de preferências

Na matriz A o elemento  $a_{ij}$  representa o valor da opção ou critério i em comparação com os da j. Cada elemento  $a_{ij}$  é o inverso do elemento  $a_{ji}$ . Por exemplo: se o valor for 1 significa que, na comparação entre i e j, o elemento i é igual ao elemento j; se o valor for 5 significa que o elemento i é, segundo a escala acima, preferido ao elemento j com um índice 5; se  $a_{ij}$  é igual a 7, então  $a_{ji}$  terá o valor de  $1/7$ , e assim por diante.

O passo seguinte é a normalização dos valores das colunas, obtida pela divisão de cada elemento pelo somatório dos elementos da coluna. Dessa forma, se obterá um valor adimensional entre 0 e 1. A seguir, se calcula a média dos valores de cada linha, dispondo-as numa coluna adicional a matriz A. Para controle, verifica-se que a soma dos elementos das colunas, inclusive a das médias, é 1. A coluna das médias adicionadas a matriz A é a escala que estabelece a hierarquia entre os critérios ou entre as opções.

Deve-se verificar a coerência dos valores atribuídos nas avaliações. Para isso, SAATY (1980), propõe uma razão de consistência R.C., calculada pela relação:

$$R.C. = (I.C.) / (I.R.)$$

na qual I.C. é o coeficiente de inconsistência e I.R. é um índice das matrizes randômicas.

O cálculo de I.C. é feito pelo uso da fórmula  $IC = (-n) / (n-1)$ , na qual n representa o número de linhas da matriz A e  $\lambda$  é o seu maior autovalor. O índice das matrizes randômicas IR é obtido da tabela abaixo, proposta inicialmente por SAATY (1980) e corrigida por MORITA (1998), na qual n é o número de linhas.

N	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
IR	0,52	0,89	1,11	1,25	1,35	1,40	1,45	1,49	1,51	1,54	1,56	1,57	1,58

Valores do índice randômico

Quanto mais inconsistente a matriz, maior será a Razão de Consistência. Somente são aceitos valores menores que 0,10.

No caso dos valores a serem comparados sejam pré-determinados como, por exemplo, os valores dos custos, as avaliações podem ser feitas usando-se a tabela de pareceres de preferências acima apresentada ou montando uma hierarquia segundo o critério empregado.

No caso dos critérios, adota-se como peso de cada critério o valor médio das linhas normalizadas. No caso da avaliação das propostas obtém-se uma matriz de hierarquia entre elas para cada um dos critérios. O resultado final é obtido multiplicando os valores da hierarquização de cada critério pelo seu peso.

### 3. Um Exemplo De Aplicação.

Em um campo de extração de petróleo e gás, com uma capacidade estimada de 1.000.000.000 de barris de petróleo, decidiu-se substituir a instalação FPSO existente por outra. É pretendido processar para futura transferência 180.000 bpd (barris por dia) e armazenar 1,9 milhões de barris. Neste trabalho, toma-se como referência o preço pago pelo arrendamento de uma plataforma que é aproximadamente de US\$1,00 por barril extraído por dia,

[1bpd.=US\$1,00].(Notícia publicada na Gazetaonline do dia 07 de março de 2002).

Considerando os dados o tempo máximo estimado de exploração da jazida é de aproximadamente 15 anos.

As três opções possíveis são as seguintes:

Opção 1: FPSO novo, com vida útil de 20 anos, e prazo de construção de 3 anos.

Opção 2: Navio usado, aproveitando seu casco e outras partes, com vida útil remanescente de 15 anos, acondicionado e reformado no prazo de 18 meses.

Opção 3: Navio usado, aproveitando seu casco e outras partes, com vida útil remanescente de 8 anos, acondicionado e reformado no prazo de 22 meses.

#### 3.1. Aplicação da árvore de decisão:

A construção da árvore de decisão começa com os três ramos representando cada uma das opções propostas.

A seguir e tomando como referência os prazos, se desenham os ramos correspondentes ao estado da natureza que considera a vida útil de cada navio o prazo em que este poderá entrar em funcionamento e o prazo de extração da jazida, sendo:

Opção 1: prazo de fabricação da instalação 3 anos, máximo período produtivo previsto 15 anos, proporção entre os prazos:

a) até o início da extração;  $[3/18] = P1 = 0,166$

b) após o início e até o final da vida do equipamento;  $[15/18] = P2 = 0,834$

Opção 2: prazo de fabricação da instalação 1,5 anos, período entre revisões em dique seco previsto, 15 anos, proporção entre os prazos:

a) até o início da extração;  $[1,5/16,5] = P3 = 0,09$

b) após o início da extração e até o final do equipamento;  $[15/16,5] = P4 = 0,91$

Opção 3: prazo de adaptação da instalação 2 anos, período entre revisões em dique seco previsto 8 anos, vida útil do reservatório 15 anos (do ponto de vista da utilidade proporcionada pela instalação faltarão 7 anos para esgotar o reservatório, este tempo deverá ser considerado improdutivo), proporção entre os prazos:

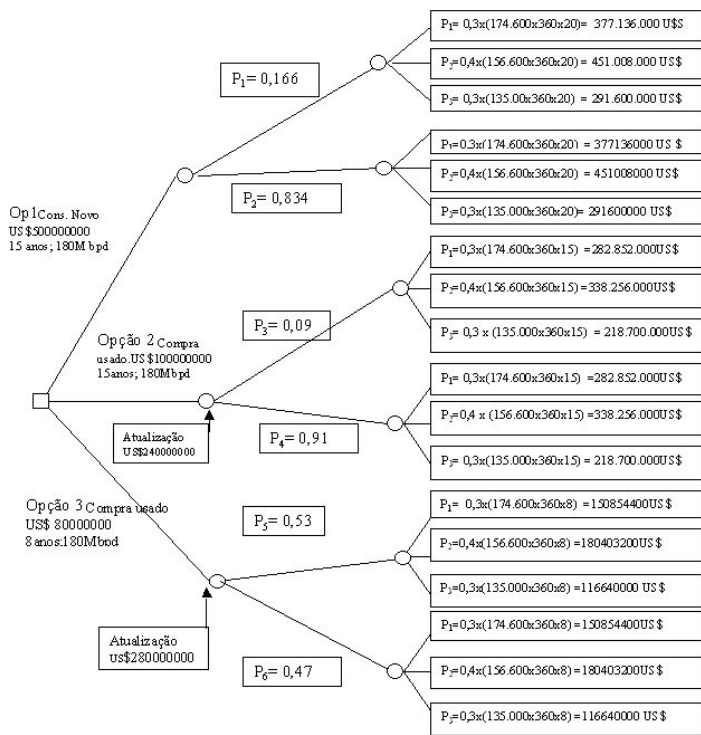
a) até o início da extração 2 anos e após o término da vida útil da FPSO 7 anos total 9 anos inativo;  $[9/17] = P5 = 0,53$

b) após o início da extração e até o final do equipamento;  $[8/17] = P6 = 0,47$

Sendo os valores inativos considerados negativos para o cálculo.

A seguir cada ramo será seguido de três ramos que representam o perfil de produção aplicado considerando a vida útil de cada opção, como segue: Boa eficiência (97% de 180.000bpd) 0,30 do tempo; com Média eficiência (87% de 180.000bpd) 0,40 do tempo e Baixa eficiência (75% de 180.000bpd) 0,30 do tempo.

Neste caso as três opções dispõem do mesmo tipo de equipamento sendo que a diferença nos valores calculados é dada pela vida útil de cada uma delas.



Cálculo do valor esperado de cada opção menos o investimento :

$$\text{Opção 1} = [(0,834 - 0,166) \times 1119744000*] - 500000000* = 747.988.990 - 500.000.000 = 247.988.990 \text{ US\$}$$

$$\text{Opção 2} = [(0,91 - 0,09) \times 839.808.000*] - 340.000.000* = 688.642.560 - 340.000.000 = 348.642.560 \text{ US\$}$$

$$\text{Opção 3} = [(0,47 - 0,53) \times 447897600*] - 360.000.000* = -26873856 - 360.000.000 = -386873850 \text{ US\$}$$

Utilizando o critério de maximização dos valores esperados o método de apoio indica que a opção mais vantajosa é a opção 2 correspondente ao aproveitamento de um casco com 15 anos de vida útil remanescente.

### 3.2. Aplicação da teoria da utilidade

Considerando três tipos de perfil de investidor, um perfil neutro que coincide com os resultados da árvore anterior, um perfil de investidor arrojado que é propenso ao risco e um perfil de investidor avesso ao risco. Teremos os seguintes valores da função utilidade.

Opção	Neutro ( $u_1$ )	Avesso ( $u_2$ )	Arrojado ( $u_3$ )
1 Valor Esp.	0,668	0,668	0,668
2 Valor Esp.	0,777062647	1,060077	0,56852675
3 Valor Esp.	-0,25234763	-0,165	-0,19572788

Aplicando os valores do perfil neutro o sistema indica a opção 2 como a mais conveniente para o projeto.

Aplicando os valores do perfil avesso ao risco o sistema indica a opção 2 como a mais conveniente.

Aplicando os valores do perfil arrojado, o sistema indica a opção 1 como a mais conveniente.

### 3.3 Aplicação do AHP

Para este objetivo, se escolhe entre quatro propostas de navios para serem utilizados dentro da mesma condição de vida útil remanescente.

São definidos os critérios seguintes: Custos (I); Estado da Estrutura (II); Durabilidade (III); Reciclagem (IV) e Prazo de entrega(V).

MATRIZ PARA PESOS DOS CRITÉRIOS

CRITÉRIOS	Custo	Estado da estrutura	Durabilidade	Reciclagem	Prazo de entrega
Custo	1	0,25	0,333333	0,166667	0,2
Estado da estrutura	4	1	0,5	0,2	5
Durabilidade	3	2	1	0,142857	3,00003
Reciclagem	6	5	7	1	4
Prazos	5	0,2	0,33333	0,25	1

#### Normalização

CRITÉRIOS	Custo	Estado da estrutura	Durabilidade	Reciclagem	Prazo de entrega	Médias
Custo	0,029586	0,036364	0,094723	0,0151515	0,045691	<b>0,045691</b>
Estado da estrutura	0,118343	0,054545	0,113667	0,378787	0,175174	<b>0,175174</b>
Durabilidade	0,236686	0,109091	0,081191	0,2272745	0,162427	<b>0,162427</b>
Reciclagem	0,591716	0,763637	0,568336	0,3030296	0,508501	<b>0,508501</b>
Prazos	0,023669	0,036363	0,142084	0,0757574	0,108206	<b>0,108206</b>

A matriz, com os pesos dos critérios é:

Custo	<b>0,045691</b>
Estado da estrutura	<b>0,175174</b>
Durabilidade	<b>0,162427</b>
Reciclagem	<b>0,508501</b>
Prazos	<b>0,108206</b>

Que multiplicada pela matriz de avaliação dará o seguinte resultado:

<b>0,452</b>
<b>1,149683</b>
<b>1,055904</b>
<b>2,20794</b>
<b>0,507272</b>
<b>λ = 5,3728</b>

Aplicando a fórmula empírica do desvio sendo  $\lambda = 5,3728$ ; e o número de critérios 5, o índice de coerência será:  $IC = (5,3728 - 5) / 4 = 0,0932$ ; calculando a razão de consistência para  $n=5$ ;  $R.C. = 0,0932 / 1,11 = 0,0839$

Conseguindo um parâmetro dentro do valor aceitável.

Seguindo com a metodologia se monta uma matriz de avaliação para cada um dos critérios escolhidos, comparando as propostas como solução ao problema.

No caso do primeiro critério: Custos, pode-se determinar a hierarquia segundo os valores que apresentam as propostas. Por ser este critério do tipo determinístico e decrescente, ou seja, quanto menor o custo melhor.

O procedimento é o seguinte: monta-se uma matriz coluna onde cada linha será preenchida por cada proposta, se calcula o valor do quociente entre a unidade e o custo de cada proposta obtendo-se desta forma um valor onde o menor custo estará representado por um valor maior, seguidamente se faz a somatória dos valores e a normalização que consiste na divisão de cada elemento pelo resultado da somatória, fazendo que haja uma coerência com a escala proposta por SAATY (1980) do tipo crescente assim como com os valores dos índices, sendo que a somatória dos valores das hierarquias indicadas na matriz coluna devem resultar na unidade.

Proposta 1: US\$ 98 milhões
Proposta 2: US\$ 95 milhões
Proposta 3: US\$ 97 milhões
Proposta 4: US\$ 96 milhões

$1/98 = 0,010204$
$1/95 = 0,010526$
$1/97 = 0,010309$
$1/96 = 0,010417$
Total: 0,041456

Normalizando os valores:

Proposta 1	Quarto	0,24614
Proposta 2	Primeiro	0,253913
Proposta 3	Terceiro	0,248678
Proposta 4	Segundo	0,251268
Total		1,00

O segundo critério a ser considerado é o de Estado da Estrutura, se faz uma análise comparativa de cada proposta apresentada usando este critério, obtendo uma hierarquia de atributos que se observa na matriz resultante da aplicação do método AHP.

Estado da Estrutura

Opção	Prop. 1	Prop. 2	Prop. 3	Prop. 4
Proposta 1	1	2	5	7
Proposta 2	1/2	1	3	5
Proposta 3	1/5	1/3	1	3
Proposta 4	1/7	1/5	1/3	1

Normalizando (dividindo cada elemento pela somatória de cada coluna).

	Prop. 1	Prop. 2	Prop. 3	Prop. 4	Médias
Proposta 1	0,5426	0,566	0,535	0,4375	<b>0,520472</b>
Proposta 2	0,2713	0,283	0,321	0,3125	<b>0,297066</b>
Proposta 3	0,1085	0,0943	0,107	0,1875	<b>0,124377</b>
Proposta 4	0,0775	0,0586	0,035	0,0625	<b>0,058084</b>

Cálculo de  $\lambda$

2,143082
1,220856
0,501747
0,23331
$\lambda$ 4,098994

Desta matriz obtemos também os indicadores:  $\lambda = 4,09899$

$$IC = 0,032998; R.C. = 0,032998 / 0,89 = 0,037 \text{ valor aceitável.}$$

O terceiro critério a aplicar na matriz de comparação é o da Durabilidade.

	Proposta 1	Proposta 2	Proposta 3	Proposta 4
Proposta 1	1	6	7	9
Proposta 2	1/6	1	2	5
Proposta 3	1/7	1/2	1	3
Proposta 4	1/9	1/5	1/3	1

Normalizando e fazendo a média do critério de Durabilidade de cada navio.

	Proposta 1	Proposta 2	Proposta 3	Proposta 4	Média
Proposta 1	0,703911	0,765957	0,666667	0,6	<b>0,68413</b>
Proposta 2	0,117318	0,12766	0,190476	0,2	<b>0,15886</b>
Proposta 3	0,100559	0,06383	0,095238	0,133333	<b>0,09824</b>
Proposta 4	0,019553	0,042553	0,047619	0,066666	<b>0,05876</b>

Verificando o RC, desta matriz.

2,853860
0,645654
0,392931
0,236852
$\lambda =$
4,129297

Desta matriz obtemos, também, o indicador:

$$IC = (4,129297 - 4) / 3 = 0,04309; R.C. = 0,04309 / 0,89 = 0,0484 \text{ valor aceitável.}$$

O quarto critério a aplicar na matriz de comparação é da Reciclagem do navio.

	Proposta 1	Proposta 2	Proposta 3	Proposta 4
Proposta 1	1	5	7	9
Proposta 2	0,2	1	3	4
Proposta 3	0,1428571	0,3333333	1	3
Proposta 4	0,1111111	0,25	0,3333333	1
Total	1,4539682	6,5833333	11,3333333	17

Normalizando:

	Proposta 1	Proposta 2	Proposta 3	Proposta 4	Médias
Proposta 1	0,759493675	0,617647	0,5294118	0,648581	<b>0,648581</b>
Proposta 2	0,151898735	0,264706	0,2352941	0,197363	<b>0,197363</b>
Proposta 3	0,050632907	0,088235	0,1764706	0,103398	<b>0,103398</b>
Proposta 4	0,037974684	0,029412	0,0588235	0,050657	<b>0,050657</b>

Verificando o RC, multiplica-se a matriz origem com a matriz coluna, resultando a nova matriz:

2,8151
0,839903
0,413812
0,206529
$\lambda =$
4,275344

Aplicando a fórmula empírica do Índice de Coerência:  $IC = (4,275344-4)/3 = 0,0917$

Calculando a Razão de Coerência:  $R.C. = 0,0917 / 0,89 = 0,10$  valor aceitável.

O quinto critério a aplicar na matriz de comparação é do Prazo de Entrega do navio.

	Proposta 1	Proposta 2	Proposta 3	Proposta 4
Proposta 1	1,00	1/2	1/3	1/5
Proposta 2	2,00	1,00	1/4	1/3
Proposta 3	3,00	4,00	1,00	1/2
Proposta 4	5,00	3,00	2,00	1,00

Normalizando e fazendo as médias de cada alternativa:

Proposta	Proposta 1	Proposta 2	Proposta 3	Proposta 4	Médias
Proposta 1	0,090909	0,058824	0,093023	0,098361	<b>0,085279</b>
Proposta 2	0,181818	0,117647	0,069767	0,163934	<b>0,133292</b>
Proposta 3	0,272727	0,470568	0,27907	0,245902	<b>0,317072</b>
Proposta 4	0,454545	0,352941	0,55814	0,491803	<b>0,464357</b>

## Calculando os desvios e a Razão de Coerência:

0,350487
0,537904
1,338255
1,924772
$\lambda = 4,151418$

Aplicando a fórmula empírica do índice:

$$IC = (4,151418-4)/3 = 0,050473$$

$$R.C. = 0,050473 / 0,89 = 0,0567 \text{ valor aceitável}$$

Agrupando todas as matrizes hierárquicas correspondentes a cada critério, obteremos a matriz consolidada da hierarquia das alternativas, que multiplicada pela hierarquia dos pesos dos critérios dará a hierarquia final.

Opções	Custo	Estado da Estrutura	Durabilidade	Reciclagem	Prazo de Entrega
Proposta 1	0,24614	0,52047	0,68413	0,60823	0,085279
Proposta 2	0,25391	0,29706	0,15886	0,25147	0,133292
Proposta 3	0,24867	0,12437	0,09823	0,09893	0,317072
Proposta 4	0,25126	0,05808	0,04409	0,04135	0,464357

x	0,045691	=	Proposta 1 Primeira hierarquia	0,532054
	0,175174		Proposta 2 Segunda hierarquia	0,231738
	0,162427		Proposta 3 Terceira hierarquia	0,133719
	0,508501		Proposta 4 Quarta hierarquia	0,100089
	0,108206			

## 4. Análise e Discussão dos Resultados.

Na primeira parte do problema, foram definidos o prazo de entrada em funcionamento do FPSO e a vida útil de cada opção assim como os períodos de atividade e inatividade durante o tempo de extração da jazida. Assim para a alternativa de construção totalmente nova somente foi tomado em conta o investimento total, enquanto que para as outras duas, com reaproveitamento de navios existentes, teve de ser somada a quantia necessária para deixar estas operacionais e os valores de cada opção proposta.

Tomando como base de comparação o valor esperado de cada opção, em estas condições, descontado o valor do investimento correspondente, considerando um critério de maximização do lucro o método indicou a segunda opção como a mais conveniente.

Na aplicação da função utilidade com três tipos de perfil, se obtiveram resultados diversos em cada simulação, confirmando a flexibilidade do sistema, já que dependendo do comportamento do investidor, a decisão será influenciada indicando o tipo de solução mais conveniente para cada caso.

Na segunda parte do problema, com a aplicação do método de análise hierárquica AHP a opção de escolha foi definida pela hierarquia obtida a partir de análises feitas de valores quantitativos e de valores qualitativos obtidos dos pareceres de avaliadores, todos incorporados na matriz de decisão, outros critérios e outros elementos podem ser analisados na hora da decisão, modificando a preferência.

Observa-se que utilizando critérios de avaliação como o estado de

conservação da estrutura de cada navio, se coloca parte do peso da decisão na sensibilidade do profissional que terá que fazer o julgamento, sendo que caberá a este a imparcialidade do juízo. A metodologia de apoio à decisão utilizada possui um índice que permite o controle do processo sendo que esta imparcialidade é verificada passo a passo no método.

Segundo a metodologia AHP, analisando comparativamente os valores das razões de coerência obtidas em cada matriz, em caso de detectar um desvio acima dos índices preestabelecidos se pode centrar a comparação entre elementos a serem julgados conseguindo desta forma uma avaliação com maior precisão.

## 5. Conclusões e Recomendações.

A metodologia empregada permite o aperfeiçoamento das decisões na indústria naval e de exploração de petróleo e gás, fazendo com que a sensibilidade dos profissionais seja aguçada, aumentando a percepção do processo de decisão e diminuindo a possibilidade de erros de avaliação.

Se as condições do problema variarem, após o processo de auxílio à decisão ser implementada, recomenda-se aos projetistas e armadores decidirem se convém executar novamente o processo.

Os critérios empregados no exemplo não constituem uma panacéia. Em todos os casos reais os critérios são estabelecidos pela empresa de acordo com seus interesses e preferências.

## Referências Bibliográficas.

BEKMAN, Otto R. e COSTA NETO, Pedro L. de Oliveira. **Análise estatística da decisão**. Editora Edgard Blücher Ltda. 1980.

CLEMEN, R.T. **Making hard decisions**. Duxbury, Press Wadsworth. 1991

**DREWRY SHIPPING CONSULTANTS THE SHIPBUILDING MARKET – 1995-2010**

FORMAN Ernest. DSc., SELLY Mary Ann. **Decision By Objectives**

GARBER, Marcos Fernando, dissertação de mestrado. **Estruturas Flutuantes Para A Exploração de Campos De Petróleo No Ma (Fpso): Apoio À Decisão Na Escolha Do Sistema**.

[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3135/tde-31052003180222/publico/Garber171202.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3135/tde-31052003180222/publico/Garber171202.pdf)

JANSEN, Leila Keiko Kanegusuco, SHIMIZU, Tamio, JANSEN José Ulises. **Uma análise de investimento considerando fatores intangíveis**. ENEGEP 2004

MORITA Hideyuki. **Revisão do Método de Análise Hierárquica – MAH (AHP- Analytic Hierarchy Process)**. Dissertação de Mestrado Engenharia, EPUSP, São Paulo 1998.

RAIFFA, Howard. **Teoria da Decisão, aulas introdutórias sobre escolhas em condições de incerteza**. (Tradução de S. Girão) Editora Vozes. EDUSP. 1977

SAATY, Thomas Lorie. **The Analytic Hierarchy Process – planning priority setting, resource allocation**. 1980 New York, Mc Graw Hill

\_\_\_\_\_. **The Seven Pillars of the Analytic Hierarchy Process**. ISAHPP Proceedings. Kobe 1999

# Brasil e Coréia: uma relação em construção<sup>1</sup>

Mestranda pelo Programa San Tiago Dantas em Relações Internacionais da UNESP/UNICAMP/PUC-SP e Professora dos cursos de Comunicação Social e Relações Internacionais da FECAP.  
e-mail: julianacosta@uol.com.br

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo examinar, a partir dos modelos de desenvolvimento, implantados pelo Brasil e pela Coréia do Sul, a partir da década de 80, a evolução das relações entre o Brasil e a Coréia do Sul, ao longo das últimas décadas, principalmente nos 3 últimos governos – os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato do governo Lula.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira – Potências Intermediárias – Relações Brasil-Coréia do Sul

Este artigo tem por objetivo demonstrar o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Coréia do Sul ao longo das últimas décadas, principalmente no que tange os dois últimos governos brasileiros: os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato do presidente Lula.

Tal análise será feita, primeiramente, por meio dos caminhos percorridos pelos dois países em questão a partir da década de 80, do século XX. Na segunda parte, serão analisadas as relações Brasil e Coréia do Sul, partindo das relações do Brasil com o Continente Asiático e como tais relações se modificaram, principalmente, a partir da ênfase dada pelo governo Lula à chamada cooperação Sul-Sul.

## 1. Os caminhos do desenvolvimento no Brasil e na Coréia do Sul: semelhanças e diferenças

À primeira vista, parece que Brasil e Coréia do Sul são países muito semelhantes no que tange ao desenvolvimento político e econômico ao longo do século XX. Os dois países – economias periféricas e de industrialização tardia – foram liderados por militares nos anos 60 e 70. O seu desenvolvimento foi baseado nos chamados: planos nacionais de desenvolvimento, que buscaram promover e incrementar a indústria pesada, com vistas à substituição de importações e promoção das exportações com o objetivo de inserção aos “clube” dos países desenvolvidos.

Entretanto, determinados condicionamentos históricos, antecedentes culturais e modelos distintos de Estado determinaram processos muito divergentes de formação nacional e de formatação de um capitalismo retardatário. Durante os anos 80, os dois países tiveram que lidar com um mesmo problema: uma economia em transformação, onde os capitais ganharam maior mobilidade e houve uma difusão cada vez maior da tecnologia da informação – baseada na microeletrônica – gerando uma interdependência e uma integração entre os países da OCDE, da qual os países em desenvolvimento foram deixados de fora.

A chamada “crise da dívida”, deflagrada por meio da elevação da taxa de juros pelo Banco Central norte-americano – FED – entre 1979 e 1982, gerando uma grave crise nas finanças públicas dos países em desenvolvimento. Essa crise afetou fortemente a capacidade ordenadora do estado brasileiro, fazendo com que a

**Abstract:** *This article seeks to analyze, from the development models, established by Brazil and South Korea, in the eighties, the evolution of Brazil and South Korea Relations, alongside recent decades, mainly in the three last governments – the two mandates of Fernando Henrique Cardoso and the of president Lula.*

**Key-words:** *Brazilian Foreign Policy – Intermediate States – Brazil-South Korea Relations*

sua economia perdesse força devido a uma significativa queda nos investimentos, associada a condições difíceis de acesso dos produtos brasileiros aos mercados desenvolvidos, conduzindo a uma defasagem na absorção das transformações tecnológicas em curso no período. Em resumo, o Brasil se viu assolado pela hiperinflação e pela estagnação, perdendo, dessa maneira, o “bonde do desenvolvimento”.

A Coréia do Sul também foi afetada pela “crise da dívida” do início da década de 80, mas percorreu um caminho diferente, saindo-se melhor da crise do que o Brasil. O êxito do debelamento da crise se deveu, em parte, à parceria com o Japão, na tentativa de avançar, industrial e tecnologicamente, em direção ao novo paradigma de desenvolvimento da época, em que a tecnologia da informação adquiriu um papel de destaque. Conforme aponta Coutinho, “articulada ao sistema japonês através de fortes nexos comerciais, tecnológicos e financeiros, a Coréia do Sul reforça ainda mais, nos anos 80, o poderio de seus grandes grupos econômicos, buscando saltar para a 3ª Revolução Industrial e Tecnológica, constituindo um complexo eletrônico competitivo, e buscando consolidar-se como um núcleo de vanguarda, de projeção global, em matéria de marcas próprias, tecnologia endogenamente desenvolvida e grandes empresas de porte mundial”.

Nesse período, a Coréia do Sul, assim como os tigres asiáticos, incorporou ao seu sistema produtivo os modernos sistemas de gestão privada, com grande ênfase ao planejamento estratégico, programas de qualidade e organização, visão de longo prazo e indicadores de acompanhamento de resultados.

O cenário mundial, na década de 90, mudou radicalmente para os países em desenvolvimento, que foram inundados por capitais externos, devido ao afrouxamento monetário-creditício nos países desenvolvidos, com expressiva redução das taxas de juros, fazendo com que os investidores buscassem aplicações alternativas, ou seja, taxas de retorno mais atraentes. É também no início da década de 90 que os países da América Latina, principalmente, passam a adotar o receituário liberalizante do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial – de taxa cambial única e fixa, moeda conversível, corte nos gastos públicos, privatizações e contenção salarial. O forte ingresso de capitais externos permitiu o congelamento ou a estabilização das taxas nominais de câmbio, levando a uma forte deterioração da balança comercial e a um retrocesso de parcela

<sup>1</sup>A continuação deste trabalho será apresentada no próximo número da Linceu Online.

considerável da indústria nacional.

No Brasil, o Plano Real, inaugurado no ano de 1994, optou por essa receita de manutenção da taxa de câmbio valorizada, gerando um aumento estrutural das importações, pois boa parte dos insumos, partes e componentes, antes produzidos por indústrias locais, foram sendo substituídos pelos similares importados – muito mais baratos devido ao câmbio defasado. Em consequência, o déficit em transações correntes cresceu e tornou muito elevadas as necessidades de financiamento externo, tornando a economia brasileira mais dependente dos fluxos externos de capitais, obrigando, assim, a manutenção de altas taxas de juros internas. A expansão do déficit ocorreu não apenas porque os encargos financeiros da dívida interna cresceram, mas também devido à necessidade de ajuste nas contas dos Estados e Municípios e dos bancos fragilizados pela inflação.

Apesar de perdas substanciais de reservas com as sucessivas crises que abalaram o mercado financeiro internacional na década de 90 – crises mexicana e asiática – o real não foi desvalorizado, permanecendo praticamente a mesma política cambial, embora ao custo de uma brusca e intensa elevação das taxas de juros no último bimestre de 1997 e de uma elevação nos tributos para o equilíbrio das contas públicas. Essa trajetória de sobrevalorização cambial, combinada com elevadíssimas taxas de juros, segundo Coutinho, gerou “reduzido ritmo de crescimento, explosão da dívida pública, esvaziamento de várias cadeias industriais e ampla desnacionalização de empresas industriais e de serviços”.

A Coreia também se deixou contagiar pela euforia em relação aos mercados emergentes, permitindo que seus bancos e empresas se engajassem nas facilidades do financiamento abundante e barato e relaxassem em matéria de eficiência e gestão. Neste período, os chaebols aceleraram a sua internacionalização, investindo pesado na fixação de suas marcas, com vistas a penetrar nos países desenvolvidos. Tais investimentos contribuíram para ampliar o déficit na balança de pagamento, no lado do saldo de capitais. Para combater tal deficiência, a China passou a ser utilizada como base para parcerias na montagem e fabricação de produtos intensivos em trabalho e como mercado dos produtos intermediários em escala.

No final dos anos 90, após sucessivas crises no continente asiático – crise financeira na Tailândia e colapso da bolsa de Hong Kong – a expectativa dos mercados em relação à Coreia foi revertida repentinamente, havendo uma abrupta contração dos créditos externos para os bancos coreanos, o que determinou uma forte erosão das reservas do Banco Central, obrigando o país a recorrer ao FMI. Esse colapso cambial atingiu fortemente os bancos coreanos e levou a um grande número de liquidações e a implementação de reformas no sistema financeiro, na estrutura das grandes empresas, nas regras e leis trabalhistas e de controle e restrições sobre os investimentos estrangeiros, não permitindo que sua economia e seu sistema empresarial fossem debilitados estruturalmente.

Com a superação da crise, o presidente democrático vem pressionando constantemente os chaebols para se reestruturarem e possui uma agenda fundada em três pilares: 1) trânsito para uma economia baseada na era do conhecimento; 2) construção de uma rede de proteção e segurança social mais abrangente; 3) persistência no caminho da abertura e da liberalização da economia.

Segundo COUTINHO (1999), a Coreia iniciou o século XXI “com uma economia robusta articulada pelo grande capital nacional (de porte global), com marcas próprias fortes e capacitação tecnológica suficiente para lhe permitir sonhar com

um papel de protagonista ativo na terceira revolução industrial”, enquanto o Brasil se debatia “com uma economia sem rumo, desarticulada, deficitária, endividada, com o Estado debilitado e com uma profunda fragilização do empresariado nacional, tornando muito difícil a formulação de um projeto de desenvolvimento”.

Essas diferenças de posicionamento fez com que os países chegassem ao presente em situações muito diferentes. Enquanto no Brasil, os 20% mais ricos detêm uma renda 32 vezes superior a dos 20% mais pobres, na Coreia do Sul essa correlação é menor – 10 vezes. Ao analisarmos, por exemplo, a educação – setor priorizado pelo governo desde os anos 50 como “ponte” para se desenvolver – as disparidades se tornam ainda maiores, pois com apenas um terço da população brasileira, a Coreia possui o mesmo contingente de estudantes matriculados no ensino superior que o Brasil.

Tais números se devem ao fato de que, no Brasil, a inovação tecnológica continuou sendo responsabilidade das universidades e não das empresas, como no caso sul-coreano, trazendo ganhos que, muitas vezes, não foram revertidos em ganhos de competitividade ou incremento tecnológico industrial.

Desde 1996, a Coreia do Sul faz parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), clube dos países mais industrializados do mundo, do qual o Brasil tenta fazer parte. O avanço ágil na 3ª Revolução Industrial e Tecnológica permitiu aos chaebols imporem seus produtos com tecnologia e design próprios, como é o caso de empresas como Samsung, Hyundai, LG e Daewoo, marcas de expressão mundial, mostrando que os diferentes caminhos percorridos pelos dois países fizeram com que eles chegassem ao século XXI em situações distintas e tais diferenças fazem com que o relacionamento com a Coreia do Sul seja muito importante para o Brasil, pois podemos aprender algumas lições importantes com os sul-coreanos e entrarmos, definitivamente, no caminho do desenvolvimento.

## 2. *A relação do Brasil com o continente asiático*

Até quase o final do século XIX, o Brasil possuía relações escassas com os países asiáticos marcadas apenas por iniciativas esparsas. Oficialmente, as relações com o continente asiático têm seu início com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com a China, em 1881 e a abertura de um consulado brasileiro na cidade de Xangai, dois anos depois. Em novembro de 1895, o Brasil assina com o Japão o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.

Os contatos com o continente asiático se intensificaram a partir da imigração japonesa iniciada no começo do século XX, com crescimento significativo até 1934, quando a nova Constituição brasileira limitou o fluxo migratório, praticamente interrompido com a 2ª Guerra Mundial e retomado apenas após 1955. Por sua vez, em decorrência de uma sucessão de conflitos internos e externos, os contatos bilaterais com a China foram escassos durante o período. Com o sucesso da revolução capitaneada por Mao Zedong, em 1949, o Brasil continuou mantendo relações diplomáticas com a República da China, agora estabelecida na ilha de Taiwan.

Nas décadas seguintes, apesar da proclamada intenção de universalização das parcerias, o relacionamento com os países asiáticos foi de certa forma incipiente e escasso. Durante o breve período da Política Externa Independente de Jânio Quadros, houve apenas contatos no plano multilateral, com vistas a construir uma agenda comum entre os países em desenvolvimento com o objetivo de instaurar uma nova ordem econômica internacional, distante da dinâmica Leste-Oeste da Guerra Fria, e sim pautada pelo diálogo Norte-Sul, buscando diminuir as diferenças entre os países desenvolvidos do Norte e os subdesenvolvidos do Sul, ou seja, uma

agenda baseada no desenvolvimento e não nas questões de segurança, características do período do conflito Leste-Oeste.

Em 1959, o presidente indonésio Sukarno fez a primeira visita de um presidente asiático ao Brasil, culminando com a assinatura de um acordo econômico bilateral, em 1961. Mesmo com esses dois eventos, não houve o estabelecimento de uma relação mais concreta entre os dois países e com a região do Sudeste Asiático. Tais eventos se devem mais ao fato de que a política externa independente foi fortemente influenciada pelo espírito da Conferência de Bandung, que objetivava o estreitamento das relações com mundo afro-asiático. Esse estreitamento de relações seria consequência do fato de que o mundo afro-asiático necessitava não só de autodeterminação nacional, mas também de superar os obstáculos ao seu desenvolvimento, saindo assim do subdesenvolvimento que caracterizava os países da região.

A partir dessa perspectiva, o Brasil se envolveu cada vez mais com o continente africano, por meio da chamada política africana, deixando um pouco de lado o relacionamento com os países asiáticos, principalmente do Sudeste do continente, que poderiam oferecer vantajosas oportunidades comerciais.

Dentro desse contexto de um certo afastamento em relação ao continente asiático – convivendo com alguns problemas como a Guerra do Vietnã e a forte presença dos Estados Unidos na região – o Brasil só estabeleceu laços realmente significativos com a China. O Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China em 15 de agosto de 1974 e, após tal fato, buscou uma ação conjunta com o país nos temas relacionados ao desenvolvimento. Mesmo sendo governados por regimes políticos tão díspares, houve uma certa convergência em relação às políticas externas dos dois países, principalmente em relação à determinação de assegurar autonomia no sistema internacional, enfatizando princípios como soberania e integridade territorial, opondo-se, dessa forma, a qualquer interferência externa nos assuntos internos. Ambos os países também se posicionaram contra a política de direitos humanos empreendida pelos Estados Unidos e em relação ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos.

No final dos anos 60, após um período de tentativa de aproximação mais forte com relação aos Estados Unidos, empreendida pelo primeiro governo revolucionário, o Brasil começou a retomar certos princípios da chamada política externa independente. Nesse contexto, o Brasil recusava-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, voltava a enfatizar a participação nos fóruns multilaterais e recuperava sua relativa liderança no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Com essa aposta mais enfática no terceiro-mundismo, o Brasil via na China, recém readmitida como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, um interessante parceiro na defesa de interesses comuns.

A China, por sua vez, buscava um espaço próprio na política internacional. Em 1972, Deng Xiaoping, anunciava que a China pertencia ao Terceiro Mundo e não mais ao “Campo Socialista”, enquanto dois anos depois, Mao Zedong desenvolvia a chamada “Teoria dos Três Mundos”. Com base nesse conceito, a China diminui o seu apoio aos movimentos revolucionários latino-americanos, objetivando desenvolver uma relação governo a governo, com a promessa de respeito ao princípio de não-interferência nos assuntos internos, tão propagados pelos chineses nos fóruns internacionais.

Além das relações diplomáticas e da cooperação nos fóruns internacionais, a China já despertava o interesse do empresariado brasileiro. No início dos anos 70, o Brasil, pela primeira vez, vende

açúcar ao mercado chinês, graças ao empenho do ministro Prati de Moraes que demonstrou ao presidente Médici que as questões comerciais não devem estar diretamente vinculadas às questões de cunho político. Em consequência dessa venda, em 1971, Horácio Coimbra inicia a missão da Companhia Cacique de Café Solúvel, contando com o apoio do governo brasileiro.

Em resumo, as relações bilaterais entre os dois países nas décadas de 60 e 70 foram modestas no plano econômico, mas no plano multilateral, houve uma concordância em relação aos principais temas da agenda internacional, com votos coincidentes desses países na maioria dos assuntos.

Outro país que, nos anos 60, teve sua relação fortalecida com o Brasil foi o Japão, que assumia importante papel como destino das exportações brasileiras e de investimento no Brasil. Entretanto, esse fortalecimento se deveu mais a iniciativas do Japão, que completava a sua recuperação econômica e despontava no comércio internacional, interessado no fornecimento brasileiro de matérias-primas brasileiras para o seu desenvolvimento econômico em troca de investimentos e fornecimento de produtos industrializados.

Na década de 70, as relações entre os dois países passam a se fortalecer também no plano político, havendo um forte interesse brasileiro de ampliação das relações bilaterais. Como demonstração dessa intenção de um estreitamento de laços bilaterais, que reduzisse as dependências, o presidente Geisel, em 1976, fez a primeira visita de um chefe de governo brasileiro ao Japão.

Ambos os países buscavam diminuir o papel preponderante dos Estados Unidos em suas relações externas, buscando uma maior inserção no sistema internacional. Entretanto, essa aproximação será fortemente afetada pelos desdobramentos da chamada “crise da dívida” no Brasil, na década de 80. levando ao desenvolvimento do fenômeno de decaída, responsável pelo aumento do fluxo de capitais do Japão para o Brasil nos anos 90..

Com o fim da confrontação Leste-Oeste e, em consequência disso de mudanças políticas e econômicas implementadas, como a democratização e a abertura econômica, o Brasil se viu forçado, por tais mudanças, a rever sua estratégia de inserção internacional, passando a dar mais prioridade ao relacionamento com o Leste Asiático. Dessa forma, o governo Itamar Franco, em 1993, o continente asiático passou a ser uma das prioridades da diplomacia brasileira devido às oportunidades promissoras de cooperação nos campos científico e tecnológico e de mercado para exportações e importações.

Tal reposicionamento foi resultado de um duplo interesse por parte do governo brasileiro. Por um lado, foi motivado pela perspectiva de associação com uma região considerada um modelo de desenvolvimento econômico e científico-tecnológico com potenciais oportunidades de complementaridade e parcerias. Por outro, seria um espaço que, do ponto de vista político, atendia aos objetivos brasileiros de relacionamentos bilaterais e de posições semelhantes nos fóruns multilaterais, com vistas a garantir as diretrizes diplomáticas brasileiras de autonomia e diversificação das parcerias.

Mesmo com as mudanças de comando, o Brasil continuou definindo o Continente Asiático como uma das prioridades de sua política externa. Para demonstrar tal prioridade, o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao longo dos seus dois mandatos, realizou várias visitas a países asiáticos como: China, Malásia, Japão, Coreia do Sul, Timor Leste e Indonésia. O presidente Luís Inácio Lula da Silva também, em seu discurso de posse, no dia 1º de janeiro de 2003, reafirmou a prioridade em relação ao Continente Asiático, citando nominalmente a necessidade de estreitamento de laços com o Japão, China e Índia.

Dessa forma, desde os anos 90, o Brasil se encontra num processo de revitalização de seu relacionamento com o Ásia, com algumas importantes diferenças em relação a períodos anteriores. Em primeiro lugar, o Japão continuou sendo o parceiro de maior importância no âmbito comercial e em investimentos, mas perdeu espaço para outros competidores. O Brasil ampliou fortemente as suas relações com a China, Coreia do Sul e com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Entretanto, tais melhorias foram afetadas pela crise asiática, provocando uma queda nos fluxos comerciais com os países do continente, representando uma forte queda nas exportações brasileiras e apenas, uma manutenção nas importações de produtos asiáticos.

No caso da Asean ocorreu uma certa ampliação das relações comerciais, em especial das importações brasileiras para os países do bloco, a partir da tentativa de associação direta ou por meio do Mercosul. Essa perspectiva de parceria Mercosul-Asean decorrente da estratégia de instrumentalização dos blocos para os processos de negociação dos novos arranjos internacionais e da tentativa de inserção nos organismos multilaterais da região Ásia-Pacífico.

Em 1997, durante a visita do Secretário-Geral da Asean à Argentina e ao Brasil, chegou à conclusão de que o aprofundamento da parceria Mercosul-Asean passava, primeiramente, pelo desenvolvimento de mecanismos políticos mais concretos e pela superação das falhas de conhecimento recíproco. Devido ao reconhecimento desse distanciamento, descartou-se, naquele momento, o estabelecimento de uma área de livre comércio entre as duas regiões.

Em resumo, a crise asiática e a própria crise brasileira no início da década de 90, mesmo que tenha provocado retração nos fluxos comerciais e de investimentos, não impediu um aprofundamento das relações entre Brasil e os países do continente asiático, com vistas a um posicionamento mais próximo em relação aos desafios presentes do sistema internacional.

À primeira vista, muitos analistas apontam que as relações Brasil-Ásia seriam marcadas por dificuldades de priorização, já que o Brasil teria outros objetivos em âmbito regional e ocidental. Haveria um forte interesse na ampliação dos laços políticos e/ou parcerias comerciais com o continente asiático, mas ainda não estariam claras as formas de se atingir tais objetivos. Sendo assim, o relacionamento seria muito mais uma reação a fatores conjunturais ou a iniciativas asiáticas do que produto de uma postura ativa por parte do Brasil.

Que importância essa parceria teria para ambos os lados? A Ásia seria importante para o Brasil no que tange aos objetivos de diversificação de mercados e parcerias políticas, mas teria uma importância de caráter secundário, devido aos tradicionais laços brasileiros com a Europa e as Américas. Do lado asiático, a crise pela qual passou o Continente Asiático despertou o interesse pela América Latina e pelo Brasil, culminando com o desenvolvimento dos canais de aproximação que o Brasil não conseguia estabelecer, apesar da sua proclamada disposição, pois os países asiáticos perceberam a necessidade de diversificar as suas parcerias e não só ficarem ligados aos países ocidentais desenvolvidos.

Assim, em 1999, institucionalizou-se um mecanismo de aproximação entre a América Latina e a Ásia, o chamado Fórum de Cooperação Ásia do Leste-América Latina (Focalal), tendo como ponto de partida a proposta de Cingapura, englobando os países-membro da Asean mais Japão, China e Coreia do Sul. Inicialmente, o Focalal tinha como objetivo principal a

institucionalização de uma aproximação política de alto nível e a implementação de programas e planos de ampliação dos laços econômicos, políticos e culturais entre as duas regiões.

O Focalal, portanto, teria um forte caráter simbólico ao buscar a ampliação e o aprofundamento das relações Ásia-América Latina, sem a intermediação e participação da superpotência norte-americana, demonstrando o crescente interesse asiático pelo continente latino-americano bem como a disposição de diferentes Estados da região em participar de tal processo. O fator que teria servido como um dos incentivos a essa iniciativa asiática era a percepção, por parte dos asiáticos, de que a Alca seria um projeto que seria efetivado no prazo estabelecido e representaria uma ameaça às possibilidades de inserção asiática no espaço latino-americano.

Esse duplo interesse, em primeiro lugar pelo Brasil, a partir da abertura do mercado e da estabilidade financeira e, em segundo, pela ampliação dos mercados por meio do processo de integração regional, o Mercosul, demonstra não só o interesse econômico-comercial, mas igualmente político-estratégico pela região latino-americana.

Até o presente momento, o Focalal tem sido muito discreto se comparado a outros processos de aproximação inter-regional. Como aponta TOLEDO, essa limitação estaria ligada ao fato de que ambas regiões dão ênfase prioritária ao relacionamento com os países ocidentais desenvolvidos e de que os países das duas regiões não estariam dispostos a enfrentar uma possível hostilidade por parte desses países, em resposta à ampliação dos laços inter-regionais.

## Referências Bibliográficas

ABDENUR, Roberto. “O Brasil e a nova realidade asiática: uma estratégia de aproximação”, in: Revista Política Externa, v. 2, n. 3, dez. 1993.

AMARAL JR., Alberto; SANCHEZ, Michelle Ratton (Org.). Relações sul-sul: países da Ásia e o Brasil. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

CANUTO, Otaviano. Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia. Nobel, 1994.

COUTINHO, Luciano. “Brasil e Coréia do Sul de 1950 a 2000: paralelos, sucessos e desastres”, in: J.L. Fiori (org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FUJITA, Edmundo S. (Org.). O Brasil e a Ásia no Século XXI: ao encontro de novos horizontes. Brasília: Ipri, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). “Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste. Primeira reunião de Chanceleres (Santiago, março de 2001)”, in: Carta Internacional, IX, v. 3, 2001.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.) Coréia: Visões Brasileiras. Brasília: Ipri, 2002.

LEE, Sangki. Brasil e Coréia do Sul: aspectos políticos e econômicos do relacionamento bilateral. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 1995.

OLIVEIRA, Amaury. “Coréia do Sul e Taiwan enfrentam o desafio da industrialização tardia”, in: Estudos Avançados, v. 7, n. 17, São Paulo, abr. 2003.

\_\_\_\_\_. “Hora da verdade para o capitalismo sul-coreano”, in: Revista de Política Externa, v. 9, n. 3, fev. 2000.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “Os Blocos Asiáticos e o Relacionamento Brasil-Ásia” in: São Paulo em Perspectiva, v. 16, n. 1, São Paulo, Jan./Março 2002.

\_\_\_\_\_. “O Brasil e a Ásia”, in: A. C. Lessa; H.A. Oliveira (orgs.) Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, v.1. Editora Saraiva: São Paulo, 2006.

TOLEDO, Ana Manuela. “Seguimiento y monitoreo de las actividades de foros de cooperación establecidos entre países Asia-Pacífico, Europa y America Latina” in: Informe Número III, Redealop, Buenos Aires, oct. 2005 apud “O Brasil e a Ásia”, in: A. C. Lessa; H.A. Oliveira (orgs.) Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, v.1. Editora Saraiva: São Paulo, 2006.

## A Mulher Desiludida

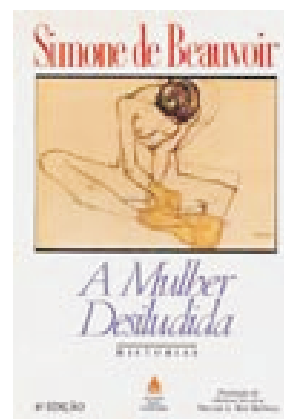
Mestre e doutora em Literatura Portuguesa pela FFLCH/USP e professora de Comunicação Empresarial e Português Instrumental, respectivamente, dos cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis do Centro Universitário FECAP.

Para aqueles que não mais suportam músicas com ritmo, mas sem poesia e melodia, e livros cheios de senso comum, mas vazios de literariedade, temos uma excelente dica de leitura: *A Mulher Desiludida*, de Simone de Beauvoir.

*A Mulher Desiludida* é um livro de contos que foi publicado por Beauvoir em 1967, pouco antes de completar 60 anos de idade. O primeiro, “A Idade da Discrção”, é narrado em primeira pessoa por uma narradora-protagonista que em momento algum revela seu próprio nome. Trata da história de uma escritora e professora aposentada que mergulha em uma crise existencial quando descobre que seu filho, Filipe, renegou os antigos ideais de seus pais, marxistas e intelectuais, em prol de tornar-se importante e bem-sucedido. A crise intensifica-se com a desavença conjugal, o fracasso de seu último livro e a angústia da velhice que se aproxima.

O segundo conto do livro, “Monólogo”, é narrado por outra narradora-protagonista, Murielle, que se utiliza do fluxo de consciência, ponto de vista totalmente subjetivo, para contar sua própria história. A peculiaridade estilística dessa narrativa reside no fato de os períodos não apresentarem uma única vírgula sequer. Revoltada contra a algazarra dos vizinhos que, insensíveis à sua dolorosa solidão, festejam ruidosamente a véspera de Natal, Murielle emprega o monólogo interior para vingar-se de todos os que lhe causaram grandes sofrimentos ao longo da vida - dos dois ex-maridos, da filha de dezessete anos que se suicidou, da mãe promíscua e do irmão que sempre destestou.

O terceiro e último conto, “A Mulher Desiludida”, é o mais envolvente dos três. Agora, o gênero escolhido é o diário íntimo, no qual a narradora-protagonista, Monique, registra seu desespero ao descobrir que o marido, com quem viveu vinte e dois anos e teve duas filhas, estava apaixonado por uma advogada cuja personalidade era



diametralmente oposta à dela. Em que pesem as diferenças socioeconômicas e culturais existentes entre a heroína de Beauvoir e a Macabéa, de *A Hora da Estrela*, ambas são idênticas no que se refere à perda do contorno de si mesmas quando são abandonadas por seus parceiros amorosos, reflexo de uma época em que cabia ao homem facultar à mulher um lugar no lar e na terra.

Lançado no Brasil primeiro pela Nova Fronteira, em janeiro de 2000, e, posteriormente, pela Biblioteca da Folha, em novembro de 2003, esse livro de Beauvoir é renovador, repleto de passagens que levam o leitor a suspender momentaneamente a leitura para refletir no que acabou de ler, como esta em que a narradora de “A Idade da Discrção” pensa na reação do marido ante a decisão do filho, fruto do envelhecimento que se abate sobre ele: “chamam indulgência, sabedoria, a essa inércia do coração: é a morte que se instala”.

LICEU

*on line*